

DEBATE JULHO 77 26

UNIVERSITÉS DE PARIS
Bibliothèque de
documentation
internationale
concernant



40P. 9785

NAS RUAS, PELA LIBERDADE

A ditadura havia se acostumado, a cada passo adiante no caminho do fascismo, às lamúrias protocolares dos figurões liberais. Bastava um ligeiro piscar de olhos do chefe do Estado reiterando suas convicções democráticas para acalmar estes paladinos da masturbação parlamentar. O Ato Complementar do 1º de abril teve uma resposta diferente - e inesperada para os gorilas. No dia do trabalho, quando o MDB procurava camuflar sua impotência lançando (para quem?) a palavra de ordem de Assembleia Constituinte, as massas, pela primeira vez em nove anos, desceram para a rua em nome da liberdade.

Para compreender o significado desta primeira ofensiva política de massas contra a ditadura e contra o fascismo é indispensável situá-la em seu contexto histórico. As condições que a tornaram possível não surgiram por acaso nem de repente. Constituem o resultado de anos de luta política limitada e dispersa, que desde o primeiro ato público de denúncia do terror fascista, quando do assassinato do estudante Alexandre Vannucci, até as grandes manifestações atuais, passando pela euforia eleitoral de novembro 1974, vieram se desenvolvendo nos principais centros urbanos do país e progressivamente conferindo um caráter de massa à luta pela liberdade política.

O avanço do movimento democrático é pois o resultado global de um multiforme processo no qual convergiram os elementos politicamente ativos do movimento estudantil, da classe operária, dos intelectuais progressistas, da Igreja e das camadas populares em geral. Se na vaga de lutas que conduziram às grandes manifestações de rua que sacudiram o país e deram novo alento ao combate antiditatorial, coube ao movimento estudantil, através de seus organismos representativos, um papel dinâmico e coordenador, não se pode esquecer que sem o combate operário pela independência sindical, sem o combate das massas populares contra a carestia e a miséria (no qual as mulheres trabalhadoras têm desempenhado papel de vanguarda, através dos Clubes das Mães e outras organizações de base), sem a chamada "imprensa nanica", sem a batalha dos intelectuais e artistas pela liberdade de expressão, a luta pela democracia não teria atingido o elevado grau de mobilização e de organização que hoje nos é dado presenciar.

A questão institucional

Nunca fomos daqueles que manipulam noções tiradas apressadamente de manuais escolares afim de encobrir a própria perplexidade com a aparência de uma análise política. Alertamos porisso repetidamente contra o caráter confusionista de apreciações que apresentam a política do atual governo ditatorial como uma tentativa de "institucionalizar o fascismo!" Não que a questão do fascismo não nos pareça importante. Mas porque, para o terrorismo contra-revolucionário, a questão das instituições não se coloca em termos jurídico-constitucionais, mas em termos de atos de força.

Por pouco que se dê um sentido materialista à noção de "instituições políticas", torna-se evidente que as que caracterizam o regime são o CO-

DI, a OBAN, o SNI, o Conselho de Segurança Nacional, o Alto Comando das Forças Armadas, etc. e não o Supremo Tribunal Federal, o Congresso, o exercício do sufrágio universal e da soberania popular, etc. As instituições fascistas estão em pleno funcionamento e há muito tempo. Algumas desde antes mesmo do golpe de 1964, e não das menos importantes, como a legislação trabalhista que nega aos trabalhadores o direito à organização sindical independente e todas as demais liberdades que lhes são reconhecidas nos países capitalistas dominantes. Ninguém ignora com efeito que as leis do trabalho em vigor são diretamente tiradas da "Carta del Lavoro" elaborada pelo fascismo italiano, e que os pequenos retoques que sofreu em nada lhe alteraram a essência reacionária.

Porisso mesmo, colocar a questão da luta contra o fascismo em termos de impedir-lhe a "institucionalização", é desorientar o combate revolucionário, é colocar a luta anti-fascista no terreno dos textos jurídico-constitucionais e não ao nível do funcionamento real do poder de Estado.

É preciso ter claro este ponto para proceder a uma avaliação correta do significado, para o avanço das lutas democráticas, do processo eleitoral de 1974, que sem dúvida constitui um marco da evolução política após os anos sombrios do "milagre" e da desmobilização das massas.

Contra o nihilismo inconsequente de grupelhos "esquerdistas" que ficaram contemplando no espelho seus "comitês de voto nulo", os comunistas da Plataforma desempenharam papel politicamente ativo nas legislativas de 1974 definindo e aplicando a tática do "voto programa" que, nas municipais de 1976 foi retomada -nem sempre da melhor maneira- por outras organizações de nosso movimento revolucionário. Deixaram no entanto bem claro que o "voto programa" não era uma simples tática eleitoral, não era uma receita para distinguir os bons e os maus dentro da oposição consentida, mas sim uma tática de política revolucionária de massas aplicável numa situação caracterizada pela coexistência contraditória de uma ditadura militar terrorista e de uma fachada parlamentar. Donde a crítica consequente que desenvolvemos a posições como a que se exprimiu em Voz Operária de setembro de 1974, fazendo o curso do combate anti-fascista depender da correlação de forças a ser criada no Parlamento como resultado das eleições que então se aproximavam. No Palácio do Planalto, declara o órgão central do PCB, "se trabalha para que a Arena obtenha uma vitória esmagadora em novembro, afim de que, em 1975, o Congresso Nacional aprove uma reforma constitucional que concretize os projetos de um pretense "Estado de Direito", de conteúdo nitidamente fascista". Donde a necessidade de "cortar o caminho da consolidação do fascismo, tudo fazendo para impedir o crescimento do número de parlamentares comprometidos com os famigerados projetos de institucionalização de um regime antidemocrático, reacionário e de traição nacional".

Que ironia do destino! Não somente a Arena foi fragorosamente derrotada em 1974, como a reforma constitucional acabou saindo, na marra embora, mas quem, salvo Voz Operária poderia crer que o poder ditatorial se inclinasse diante do sufrágio universal? Há um ponto no entanto -por que não confundimos crítica com pixação grosseira- a ser ressalvado no ingênuo apelo eleitoral dos companheiros do PCB. O fato de que a vitória do MDB tenha impedido "o crescimento do número de parlamentares comprometidos com os famigerados projetos de institucionalização..." obrigou a ditadura a recorrer uma vez mais aos métodos abertos de força e

portanto desacreditou-a ainda mais, acentuando seu isolamento político. É preciso ser cego como uma coruja ao meio-dia para não ver a importância da propaganda democrática durante o processo eleitoral. Ela ativou -ou reativou- politicamente os estudantes, os intelectuais, os operários e em geral o conjunto da opinião antiditatorial que o triunfalismo fascisante do governo Garrastazu Medici, com seu "milagre" e suas patriotas de baixo calção, seus assassinos profissionais e sua tortura científica haviam conseguido desmobilizar. É preciso ignorar as noções as mais elementares do materialismo dialético e da dinâmica da luta de massas para não compreender que, ao impor ao país as "reformas políticas" que lhe recusou um Congresso uma vez mais dizimado, o atual chefe do governo ditatorial desmoralizou-se ainda mais politicamente, modificando as leis eleitorais como troca de camisa, afim de preservar com grosseiras artimanhas "jurídicas" sua "maioria" nos Executivos estaduais. É preciso a infinita sabujice da imprensa estipendiada pela reação e pelo imperialismo para apresentar como a "força da revolução" (capa de Veja de 6 de abril de 1977) aquilo que não passa da miséria do fascismo.

O problema está na justa orientação da luta política de massas pela liberdade política. A participação dos comunistas no processo eleitoral é um aspecto tático do programa revolucionário da democracia. Constitui, nas condições de uma ditadura militar que por força de suas próprias contradições preserva uma fachada parlamentar, uma forma elementar de luta. Representou concretamente o ponto de partida de uma ofensiva que agora se desenvolve de maneira organicamente independente, que sai na rua dizendo claramente seu nome ("liberdade de organização", "contra a repressão", "libertem nossos presos") e não precisando mais escudar-se no uniforme surrado do MDB.

A conquista da liberdade política supõe a derrubada da ditadura. É nesta perspectiva que se coloca para os revolucionários e para todos os democratas consequentes, a questão das instituições. A luta pela democracia visa a ruptura revolucionária do regime de terror militar a serviço dos monopólios. No essencial, a dinâmica desta luta não se determina pela correlação parlamentar de forças entre a direita fascisante e os liberais de todos os matizes, mas pela capacidade das forças democráticas em se unir e desenvolver uma ofensiva política permanente contra o regime. Ao falar em Assembleia Constituinte, "eleita por sufrágio universal, direto e secreto, com plena e inteira liberdade de organização política para os trabalhadores e os partidos que reivindicam a democracia e o socialismo (e após um período de transição durante o qual as forças democráticas realizarão as condições práticas para exercer a liberdade política que terão conquistado)...", nossos documentos políticos fundamentais (ver Pela união dos comunistas brasileiros, Lisboa, Prelo, 1975, p.111) deixaram bem claro que o problema das instituições políticas é uma questão de força, uma questão de organização e mobilização das grandes massas do povo e que não é qualquer Assembleia auto-intitulada de "constituente" que poderá resolvê-lo como parece crer o MDB novamente atascado de cretinismo parlamentar após sua atitude digna na questão das "reformas políticas" impostas por Geisel e pelo Conselho de Segurança Nacional.

O movimento de massas

A questão candente que se colocam hoje os comunistas é a da unidade política das massas. É exatamente neste ponto que se entrecruzam os problemas complementares da unidade das massas e da unidade dos revolucio-

nários. Insistimos neste ponto em nossos documentos políticos fundamentais (ver *Pela união dos comunistas*, *ib.*, pp. 117-118), mas o curso concreto da luta antiditatorial veio lhe conferir nova atualidade. Nunca será demais repetir que o esquerdismo economicista, coincidindo perfeitamente com o reformismo social-democrata, recusa a batalha pelos objetivos políticos imediatos e estabelece um abismo entre o radicalismo verbal no terreno reivindicatório (isto é, econômico) e o objetivo final da revolução (que de resto costumam rebaixar, porque falam somente, via de regra, em socialismo, e não em comunismo, sendo que, para os marxistas o socialismo é uma etapa histórica de transição para o comunismo). Este desvio, maximalista em palavras, reformista na prática, é patente em certas tendências no interior da oposição sindical que ao mesmo tempo tentam demagogicamente aparecer como mais combativas que as outras (por exemplo "exigindo" percentuais de aumento salarial sem relação com a capacidade reivindicativa atual do movimento sindical) e se esforçam, com um oco palavreado obreirista, a isolar a classe operária do conjunto das forças democráticas. Trata-se de uma obra de despolitização que deve ser enérgica e intransigentemente combatida.

O economicismo, o corporatismo, isolam umas das outras as categorias sociais que juntas, podem derrubar a ditadura. Evidentemente, não cabe confundir a doença com o curandeiro, a calvície com o tônico capilar do charlatão. A responsabilidade pela dispersão das massas não é atribuível, no essencial, à indigência política do economicismo esquerdista, e sim aos golpes do terror ditatorial ao longo destes treze anos de ditadura militar a serviço do Grande Capital. O esquerdismo atrapalha o trabalho político dos comunistas e de todos os democratas consequentes. Mas seu peso no processo histórico é insuficiente - por ora ao menos - para que constituam um fator sério de bloqueio à unidade das massas.

Nem por isso deve ser subestimado, sobretudo porque opera no interior do movimento revolucionário, cujas carências humanas e organizatórias são por demais conhecidas para que valha a pena nelas insistir.

No movimento operário, o divisionismo economicista é perigoso sobretudo porque torna mais difícil a unidade de ação entre comunistas e cristãos. Estes, como se sabe, têm desempenhado papel de vanguarda nas lutas de massa da cidade e do campo. Constituem hoje uma força política da qual o movimento de massas não pode prescindir. Conquistaram esta posição na luta perseverante, enfrentando os patrões e a polícia nas cidades, os latifundiários, os jagunços e os grileiros no campo. Qualquer que seja a apreciação que tenhamos sobre o cristianismo social e o socialismo cristão como ideologias, é sobretudo com eles (e com o nacionalismo de esquerda) que temos de contar na formação da frente unida das classes e categorias sociais interessadas na derrubada da ditadura e no desdobramento socialista da luta revolucionária. Ora, é característico dos cristãos o corporatismo massista, versão moderna da velha idéia da evangelização como dispersão dos pregadores no rebanho apostólico. E é de resto perfeitamente compreensível que desconheçam o papel do partido de vanguarda, a um tempo intelectual coletivo e força organizada da revolução. É que os cristãos já dispõem de seu próprio "partido", a Igreja, e os movimentos políticos que criam constituem tendências dentro da Igreja. Não se pode respeitar verdadeiramente um aliado quando se ignoram suas tendências ideológicas mais características. A tendência ao "massismo" é inerente ao cristianismo social. Cabe aos comunistas levar à classe operária - e a todas as camadas sociais revolucionárias -

a perspectiva do partido revolucionário de nossa época, orgânicamente ligado às massas, mas portador das idéias as mais avançadas da humanidade, e por isso mesmo incompatível com o culto das massas tal como elas hoje se configuram na sociedade capitalista. O obreirismo, o estudantismo, o agrarismo, são estranhos às inspirações revolucionárias do comunismo, ainda que não fosse senão por esta simples razão que a emancipação dos explorados e dos oprimidos é uma obra política, concernindo a sociedade em seu todo e o Estado, e que exige portanto dos operários revolucionários uma preocupação constante com todas as manifestações de revolta contra a ordem capitalista e seu regime ditatorial.

Causa certa preocupação, neste sentido, a atitude retraída da oposição sindical -que nunca hesitamos em considerar como um movimento de vanguarda na luta pela independência orgânica dos trabalhadores- face às manifestações grandiosas que galvanizaram os principais centros urbanos do país. Houve sem dúvida iniciativas corajosas por parte de operários revolucionários que compreenderam todo o alcance da mobilização estudantil no combate pela liberdade. Mas elas não encontraram a ressonância que seria de se esperar nas fileiras daqueles que assumiram a tarefa de romper as cadeias que atam o sindicalismo ao Estado Capitalista. Há horas em que a prudência tática se transforma em omissão. É possível imaginar que haverá liberdade de organização para a classe operária se não houver liberdade de organização para os estudantes e para todas as categorias sociais para as quais a democracia é necessária como o ar que respiramos? A liberdade, no Brasil como a ltures, será para todos os oprimidos -ou para nenhum.



Os estudantes

É realmente admirável que malgrado treze anos de ditadura contra-revolucionária, de terror, de tortura, de "assassinatos seletivos", de obscurantismo fascista, de censura, o movimento estudantil tenha emergido à luta política direta com um sentido tão justo da unidade de ação antiditatorial, com uma noção tão exata das palavras de ordem capazes de mobilizar energias na luta por uma vida melhor. Aqui e ali, sem dúvida, os divisionistas de sempre tiveram ocasião de se comprazer com sua obra, abrindo claros nas fileiras de um movimento unido, sob o pretexto de serem mais revolucionários que os demais. O significado político da ofensiva de massas que marcou este primeiro semestre de 1977, em nada perdeu, no entanto, com estas poucas vozes destoantes. De um canto a outro do Brasil, as grandes palavras de ordem que ressoaram repetidamente, a despeito dos arreganhos da máquina repressiva ditatorial, tiveram um claro e insofismável sentido democrático, exprimiram a certeza de que estão imbuídos os que enfrentaram na rua o terror militar a serviço do Grande Capital de que a liberdade política é hoje o objetivo central das lutas de massa. Os primatas do radicalismo verbal que riem desdenhosamente diante da palavra de ordem de democracia podem medir seu próprio isolamento nas faixas que encheram as ruas e que abriram caminho à mobilização unitária: "liberdade de organização", "anistia", "pelas liberdades democráticas"...

Quando se analisa a evolução do movimento estudantil nestes últimos anos, constata-se que sua reativação teve lugar em 1975, e que foi marcada por uma tentativa divisionista análoga à que assistimos hoje no movimento operário. Uma corrente tentou com efeito desviar o movimento da luta política, limitando-o à contestação da política educacional do governo e atacando como "democratistas" (sic) os militantes empenhados em fazer com que os estudantes ocupassem um lugar de vanguarda no combate antiditatorial. Evidentemente, o economicismo destes divisionistas vinha revestido de um palavreado retumbante sobre a necessidade de lutar contra o caráter burguês da Universidade, como se fosse possível proletarizá-la sem derrubar antes a ditadura. Mas aqui a história se repete: em 1968, estes mesmos divisionistas, agrupados num pretencioso "partido operário comunista" de que ninguém mais ouve falar, haviam inventado a palavra de ordem de "universidade crítica" e se perdiam em infinitas discussões no momento em que os elementos mais lutadores do movimento revolucionário criticavam a ditadura pelas armas... Nada mais nefasto de que esta idéia de que os estudantes devem criticar a burguesia nas universidades e os operários nas fábricas, deixando ao MDB o monopólio da luta pela democracia. Os esquerdistas que a defendem mostram sua verdadeira natureza de revolucionários em palavras e reformistas em atos. (Sendo que, como mostra o caso de Portugal e a atitude de certas correntes esquerdistas em relação à África, a crítica "esquerdista" do comunismo leva diretamente a posições abertamente contra-revolucionárias).

É pois de extraordinária importância notar as justas posições das direções estudantis unindo a luta contra a política ditatorial na Universidade à luta pela democracia, e salientando a imperiosa necessidade da unidade de ação das massas, condição indispensável para a derrubada da ditadura. O Boletim-DCE de São Paulo de maio veio neste sentido formular com perfeita clareza os objetivos do movimento estudantil na presente situação: "... temos um espaço aberto que deve ser preenchido com nossas manifestações. Nossa mobilização até agora, teve boa repercussão e apoio. O Movimento Estudantil avança e deve avançar

quebrando seu isolamento. Sabemos que sozinhos não derrubaremos a ditadura (grifado no original). Sabemos que sozinhos não transformaremos a sociedade". E dizer que um grupúsculo divisionista, auto-intitulado de "movimento pela emancipação do proletariado" classificou a plataforma da atual direção do DCE de "extremamente confusa e indefinida". Pelo visto, na falta de outras liberdades, estes "emancipadores" conquistaram a de dizer besteira.

A unidade dos revolucionários

Desde o Projeto de plataforma de abril de 1973, os comunistas de Debate (hoje integrados em torno da Plataforma pela união dos comunistas) têm defendido um programa e uma concepção tática da luta revolucionária colocando a luta pela liberdade política no centro da luta pelo socialismo, a luta de massas como forma fundamental do combate ao regime ditatorial e a criação de um órgão político nacional de unidade dos marxistas como grande objetivo do processo de reunificação e como condição de formação de uma direção política revolucionária capaz de levar a luta pelas liberdades democráticas até a derrubada do regime de terror militar a serviço do Grande Capital e assegurar seu desdobramento socialista. Ao longo destes anos, e à medida que as idéias da Plataforma iam abrindo caminho e encontrando ressonância cada vez maior, ouviamos de certos companheiros a objeção de que nosso projeto de unir os comunistas supunha que antes nos uníssemos às massas e que, quando as massas estivessem unidas, aí sim seria possível que os revolucionários se unissem. Na prática, isto significava que o importante não era, para estes companheiros, desenvolver as concepções políticas e formar o intelectual coletivo que tornasse possível a unidade de pensamento dos revolucionários marxistas e leninistas, mas que cada grupo fosse fazendo "seu" trabalho de massas. Esta maneira de pensar massista levou a cristalizar a dispersão dos revolucionários herdada das derrotas do período da luta armada. Os pequenos grupos que se confinaram num trabalho de massas localizado, acabaram sendo por ele absorvidos, acabaram por se diluir nas massas, acabaram caindo num economicismo de dimensão municipal. Isto não lhes tira o valor no terreno da consequência militante, já que ligar-se às massas é um dos objetivos fundamentais dos revolucionários. Mas se bastasse confundir-se com as massas para fazer avançar a revolução, então a teoria e o partido revolucionários seriam desnecessários e teria razão o cristianismo social. Não se pode, em nome de uma tarefa fundamental, abandonar as outras. No período do militarismo, as massas foram abandonadas porque só se encarava a tarefa de forjar na ação a organização revolucionária. No período do massismo, a construção da organização revolucionária é relegada ao segundo plano porque muitos militantes só encaram a tarefa de ligar-se às massas. Seria realmente trágico se em vez de avançar, sintetizando criticamente sua própria experiência, o nosso movimento revolucionário esteja fadado a escapar de um desvio para cair no desvio oposto.

No que nos concerne, sempre recusamos energicamente opor a unidade das massas à unidade dos revolucionários. Como nunca deixamos de combater os que opõem luta reivindicatória (a ser travada agora) e luta política (relegada ao momento da futura revolução socialista), abdicando das lutas políticas imediatas, que são as do nosso presente. Por isso, no momento em que a luta de massas assume caráter ofensivo e em que a questão da unidade dos comunistas e de todos os revolucionários se coloca com ainda maior atualidade, reiteramos solenemente nosso apelo em direção das forças políticas que partilham de nossas orientações fundamentais para que juntos possamos assumir as responsabilidades que nos tocam no período que se abre.

“COMO CONSTRUIR O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS?”

Reorganizando-se sobre bases novas, os comunistas do Brasil enfrentam hoje um problema crucial: como combinar seu próprio trabalho de reunificação e de construção de sólida infraestrutura clandestina (de que necessitam os revolucionários para resistir aos mais duros golpes do terror fascista) com a ação em vista de construir e fortalecer as organizações de massa. Para os operários comunistas esta questão geral se traduz concretamente no determinar o peso relativo que devem atribuir às tarefas de organização partidária e àquelas referentes às comissões de fábrica, à oposição sindical e ao sindicato. A luta por um movimento sindical independente e a luta pela reunificação dos comunistas são interdependentes e complementares. Nenhuma das duas, sem a outra, atinge plenamente seus objetivos.

Em nada contribuem, para a solução destes problemas, as receitas pré-fabricadas. Não ajudam muito também — e às vezes chegam a atrapalhar — as ladainhas monótonas de alguns grupos de amigos da classe operária que não se conformam com a teimosia dos trabalhadores em não escutá-los e em seguir o caminho que podem, e que evidentemente não é o dos manuais do revolucionarismo oral em que se comprazem pretensos “educadores” do proletariado.

Para os comunistas de DEBATE, que se batem em torno de uma Plataforma política clara, rigorosa, profundamente enraizada no movimento objetivo da sociedade brasileira, no desenvolvimento histórico de suas contradições e na experiência de luta de suas forças revolucionárias, avançar na elaboração da linha política que deve ser defendida junto ao movimento operário implica, entre outras coisas, em examinar com profundidade as experiências mais significativas da luta dos operários comunistas.

É neste sentido que julgamos oportuna a publicação de um depoimento de uma célula de empresa do PCB, escrito em 1971, difundido de maneira extremamente limitada e tornado praticamente inacessível posteriormente.

Lutando, conforme está dito no texto que reproduzimos a seguir, contra a passividade, o burocratismo e o conformismo reinantes nas fileiras do partido a que pertenciam, os operários cuja experiência é retratada lograram atingir vários dos objetivos pelos quais se batiam e a preocupação que tiveram em transformar sua prática em matéria de reflexão para todos os revolucionários empenhados em criar condições para a emancipação do proletariado e a vitória do socialismo, merece todo o interesse.

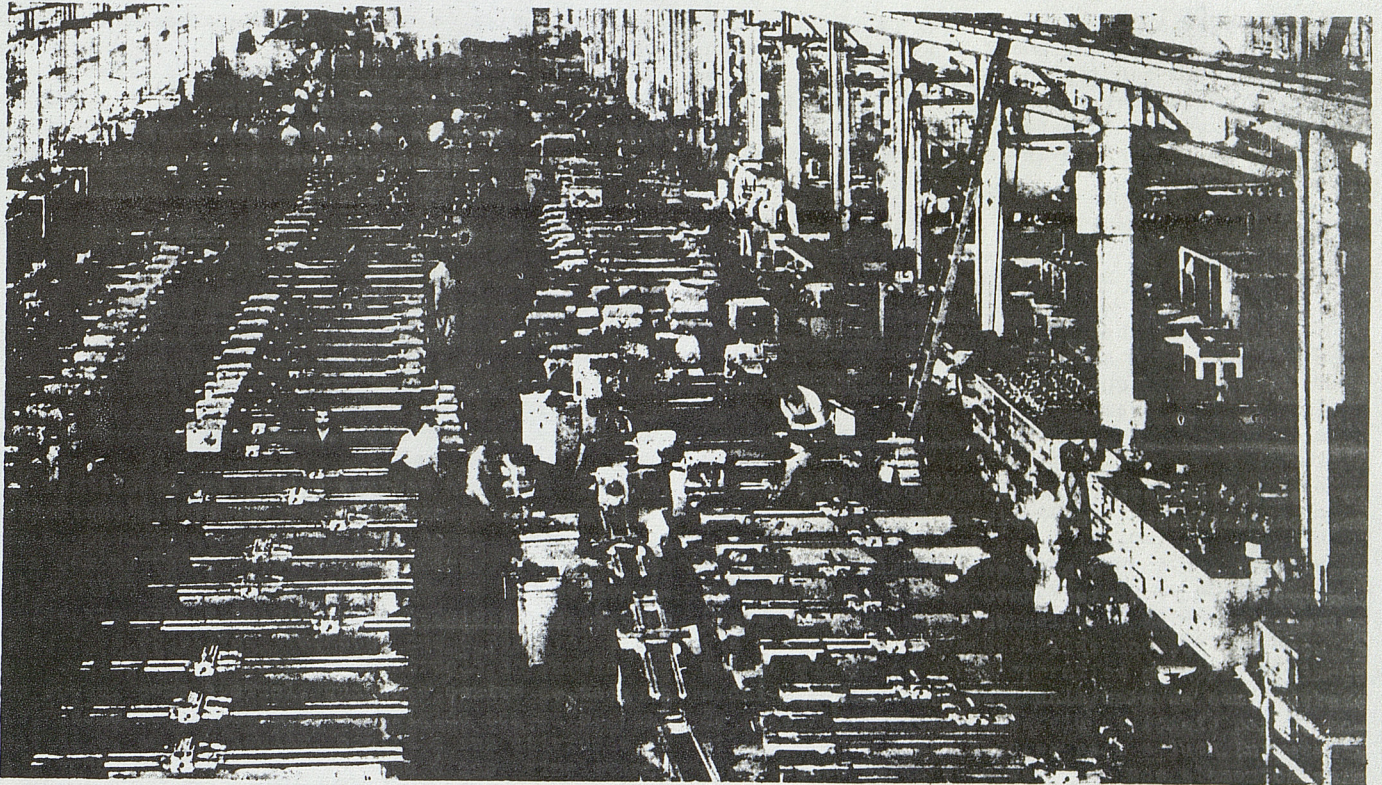
Que as conclusões a que chegam não correspondam às orientações efetivas do PCB é um problema que não nos cabe resolver.

I - APRENDENDO COM A NOSSA EXPERIÊNCIA

Em seus 49 anos de existência e de atividade revolucionária, nosso Partido adquiriu uma grande e rica experiência. Entretanto, apesar de nesse processo ter ele crescido e se fortalecido, devemos reconhecer, com espírito autocrítico, que ainda não temos sabido utilizar como se faz necessário essa rica experiência de tantos anos. Como prova disso basta citar apenas um exemplo: o Partido, apesar de ter vivido quase sempre na clandestinidade, quando perdeu as suas tipografias e os meios de propaganda legal, após o golpe de 1964, ficou não só materialmente impossibilitado de imprimir propaganda clandestina durante um certo tempo, como também revelou a ausência de uma sólida organização e de quadros devidamente preparados para esse tipo de atividade.

No que diz respeito à construção do Partido, essa subestimação pela assimilação autocrítica de nossas experiências passadas tem nos custado muito caro. A nosso ver, esta é uma das razões fundamentais porque ainda não fomos capazes de construir um Partido de ação e dirigente de grandes massas nos principais centros de concentração do proletariado urbano e rural. Acreditamos, que para enfrentar com êxito o “desafio histórico” colocado perante nós pela vida e reconhecido publicamente pelo VI Congresso do Partido — construir um forte e numeroso Partido no seio da classe operária — é indispensável que procuremos realizar um balanço crítico e autocrítico de toda nossa atividade passada e adotemos critérios e métodos de trabalho que estejam de acordo com a nova realidade criada e com as novas condições que surgiram nestes últimos anos.

É justamente com esse espírito que nos propomos a transmitir a nossa experiência de construção



do Partido em uma grande empresa nos dias atuais, experiência esta que pensamos que pode ser útil para o conjunto do Partido. Esta nossa experiência tem demonstrado, entre outras coisas, que se não se realiza um grande esforço, que se não se desenvolve uma grande iniciativa e persistência para atingir os objetivos traçados, não é possível alcançar sucessos na tarefa de construção do Partido na época, como a atual, quando o centro de toda a repressão da ditadura está dirigido contra os comunistas e, em particular, contra a sua atividade organizadora. Exatamente por isso é que insistimos em afirmar que os resultados por nós obtidos não teriam sido possíveis se, ao mesmo tempo, não se lutasse contra a passividade, o conformismo e a burocracia em nossas fileiras.

II - UM RÁPIDO BALANÇO

Nossa atuação se desenvolve numa grande empresa imperialista, com milhares de operários. Antes do golpe reacionário de 1964, o Partido influiu decisivamente na direção do sindicato da categoria e tinha relativa liderança de massas. Tanto em nossa empresa, como numa série de outras da mesma categoria, o Partido era relativamente numeroso.

Entretanto, naquela época a atividade partidária se resumia ao trabalho sindical de cúpula e a uma militância política extremamente aberta, sem a devida combinação do trabalho legal com o ilegal. Havia grande subestimação do trabalho de atuação política dos militantes, de estruturação orgânica do Partido dentro da empresa, de formação de quadros dirigentes para as bases, bem como de uma preparação política, assim como material, que possibilitasse a aplicação de todas as formas de luta e de atuação em todas as circunstâncias.

Tudo isso levou a que com a intervenção policial no sindicato e a perseguição dos dirigentes sig-

nais e dos líderes de massa, desencadeada pela ditadura militar, o Partido fosse desarticulado e, em algumas empresas, até mesmo liquidado.

Somente alguns anos após o golpe de 1964 conseguimos reunir quatro companheiros em nossa empresa. Contávamos com um companheiro de relativa experiência e certa capacidade de liderança, que começou reunindo quatro ou cinco operários na hora do almoço e daí a algum tempo já reunia mais de cem. O debate de suas reivindicações serviu de início para a mobilização dos trabalhadores para a luta. Entretanto, o movimento permaneceu restrito aos elementos mais esclarecidos, e faltou a devida organização para ampliá-lo a toda a empresa. Por isso não houve condições de dar-lhe continuidade.

Ao mesmo tempo, a direção da empresa procurou manobrar, prometendo atender as reivindicações dos trabalhadores e elevando o salário de alguns operários, com o que conseguiu dividir o movimento e paralisá-lo. Logo depois foram dispensados da empresa todos aqueles que haviam contribuído para esclarecer e mobilizar os trabalhadores entre eles o nosso companheiro.

Estes acontecimentos nos forçaram a realizar um exame autocrítico de nossa atividade e rever os métodos de trabalho da Base. As medidas adotadas a partir dessa experiência demonstraram na prática que foram o fundamental justas, tanto assim que, nos últimos anos conseguimos aumentar em dez vezes o número de membros da Base, assim como a arrecadação financeira, aliada a um significativo crescimento da atividade política do Partido na empresa.

III - OS CRITÉRIOS E MÉTODOS DE TRABALHO DA BASE

O debate realizado nos levou a uma série de conclusões, que permitiram a adoção de algumas medidas para fortalecer e consolidar a Base na empresa. A primeira conclusão a que se chegou, foi que a

Base só poderia desempenhar o seu papel de vanguarda se crescesse numericamente, pois sem um Partido numeroso e sem quadros politicamente capazes é impossível esclarecer, organizar e mobilizar a massa da empresa para a luta política.

Com isso, entretanto, surgiu a seguinte questão:

ONDE RECRUTAR?

Alguns companheiros consideravam que deveríamos concentrar os nossos esforços para construir o Partido entre os operários mais explorados da empresa. Argumentavam, que estes trabalhadores, sem qualificação, os chamados peões, além de serem os mais explorados pelos patrões capitalistas, representam a maioria dos empregados da empresa. Afirmavam que os operários qualificados constituem minoria dentro da empresa e, devido ao salário relativamente elevado que recebem, gozam de uma situação privilegiada em comparação com o conjunto dos trabalhadores. Segundo estes companheiros, os operários qualificados teriam um nível de vida que os aproximaria da classe média, seriam influenciados pela pequena burguesia e, portanto, individualistas e acomodados.

Entretanto, outros companheiros tinham opinião contrária e consideravam que o problema não deveria ser enfrentado dessa maneira. Levavam em consideração o fato de a maioria da mão-de-obra sem qualificação - os braçais - ser constituída de elementos recentemente vindos do campo e do interior do país, analfabetos ou semi-analfabetos e politicamente atrasados. Esta camada de trabalhadores, mesmo sendo a pior paga na indústria, e, portanto, a mais explorada, obteve na realidade uma sensível elevação de seu padrão de vida em relação à massa camponesa, que não recebe sequer o salário mínimo. Por isso, esta massa de operários sem qualificação, como decorrência da própria mudança de sua situação em relação a um passado muito recente, quando vivia ainda nas regiões atrasadas do país, está temporariamente com sua capacidade de luta extremamente reduzida.

É verdade que a classe operária brasileira, em seu conjunto, ainda se encontra num nível muito baixo de consciência política, ainda não desenvolveu suficientemente o espírito de classe em suas fileiras. Entretanto, são justamente os trabalhadores braçais, que se incorporaram nos últimos anos à classe operária urbana que revelam o nível mais baixo de consciência política de classe e que dessa maneira contribuem, inclusive, para o debilitamento temporário do movimento operário. Por tudo isso, esses trabalhadores, embora sejam mais explorados e estejam descontentes com a atual situação, ainda não se dispõem a lutar.

Por outro lado, é preciso levar em conta um outro fator objetivo, que é a concentração urbana com a consequente elevação da oferta de mão-de-obra não qualificada nos grandes centros urbanos. Chegou-se, assim, à conclusão, de que na atual situação do país, quando há um excesso de mão-de-obra não qualificada e além disso foram impostas pelo governo da ditadura militar uma série de leis que favoreçam a exploração patronal capitalista e restringem as liberdades sindicais, ficaram muito limitadas as possibilidades de luta dos trabalhadores braçais na indústria. Nestas condições, a maioria destes trabalhadores está no momento mais preocupada em conseguir ou conservar o emprego do que alcançar um aumento salarial.

Sem dúvida, a camada dos trabalhadores braçais, que apresenta a maioria da classe operária mais explorada, deve merecer toda a atenção por parte do Partido, mas é preciso levar em conta que ela só poderá ser despertada e mobilizada para a luta de classes no curso de todo um processo, quando terá que adquirir por sua própria experiência a consciência de classe, da qual está extremamente distante. Podemos e devemos recrutar operários não qualificados, principalmente os mais esclarecidos e combativos. Entretanto, nas grandes empresas, como a nossa, nesta fase inicial de construção do Partido, o núcleo principal e básico, de preferência, não deve ser formado por essa camada operária.

Chegamos à conclusão, que o núcleo básico para iniciar a construção do Partido na empresa precisa ser constituído pelos operários qualificados. Isto pelas seguintes razões:

PRIMEIRA: - porque os operários qualificados não podem ser substituídos de uma hora para outra, e, por isso, tem mais estabilidade no emprego, mais liberdade de ação e maiores condições de luta por aumentos salariais e por outras reivindicações;

SEGUNDA: - porque representam, em geral, a parte mais jovem e instruída da classe operária nas grandes empresas, sendo que uma parte desses operários continua estudando. Por isso, são mais facilmente despertados para os problemas políticos e sociais;

TERCEIRA: - porque possuindo um nível cultural mais elevado que o conjunto dos trabalhadores, têm maiores possibilidades de assimilar a teoria marxista-leninista e a linha política do Partido e assumir na prática o papel de vanguarda revolucionária;

QUARTA: - porque, devido à sua capacitação profissional, aos seus conhecimentos e à sua posição dentro da empresa e no processo de produção, têm maiores condições de assumir a liderança dos demais trabalhadores.

A prática dos últimos anos tem demonstrado a justiça dos critérios adotados por nós para a construção do Partido na empresa e pôs por terra a falsa tese de "quanto pior melhor" (segundo a qual, quanto pior a situação, melhor seria para nós) pois cada vez se torna mais claro, que o operário só ingressa no Partido quando toma consciência da exploração capitalista e não porque esteja descontente com a sua situação ou passando fome.

Após debater onde recrutar e ter chegado às conclusões acima assinaladas, tivemos que resolver outro problema:

COMO RECRUTAR?

Este problema, aparentemente simples, não foi fácil de resolver, pois implicava na adoção de novos métodos de trabalho e de algumas medidas de segurança por parte da Organização de Base.

A experiência daquele companheiro, que tinha realizado um ótimo trabalho de agitação oral, contribuindo para a mobilização da massa, confirmava, que sempre que o Partido tem a capacidade de levantar com acerto as reivindicações da massa e de adotar uma verdadeira posição de classe, surgem entre os trabalhadores muitos elementos, que passam a simpatizar com o Partido e a apoiar as suas posições.

Assim, chegamos à conclusão que era necessário trabalhar politicamente junto a todos os elementos que manifestassem simpatia pelas nossas posições

levantadas nos panfletos que passamos a distribuir e as apoiassem. Entretanto, levando em consideração a situação de repressão policial estabelecida pelo atual governo e pela própria empresa, não há possibilidade de recrutar "a torto e a direito". É necessário manter uma vigilância permanente de classe, pois a reação procura introduzir seus agentes nas fábricas, assim como corromper e colocar a seu serviço alguns elementos mais inescrupulosos que sempre existem entre os próprios trabalhadores.

Passamos a realizar um trabalho político permanente e com muita paciência junto àqueles elementos que mais se destacam, seguindo determinadas etapas:

Numa primeira etapa, discutimos com o elemento em questão os problemas de sua própria seção ou de seu setor profissional: a sua capacidade de trabalho, o rendimento da produção, os lucros da empresa, os salários, as injustiças praticadas, etc. De pois passamos a discutir os problemas do conjunto da empresa: como trabalham e quanto ganham os operários menos qualificados, como são explorados os trabalhadores braçais; enfim a exploração capitalista e os problemas da classe operária.

Já numa segunda etapa, quando o elemento "trabalhado" demonstra interesse pelo debate, passamos a estabelecer uma ligação entre os problemas locais da empresa e os problemas nacionais. É a hora em que iniciamos a apresentação de nossa orientação política, mais ou menos aberta, de acordo com as condições concretas. (Este debate é realizado durante o trabalho, na hora do almoço ou na saída da empresa).

Numa terceira etapa, quando já possuímos um relativo conhecimento do elemento em questão - sua conduta, sua origem, família, suas posições, etc. - procuramos incorporá-lo a alguma forma de atividade, tais como a leitura de determinados artigos da imprensa burguesa ou de nossos materiais, o trabalho junto a outros elementos, a ajuda financeira, a solidariedade aos presos políticos, a participação na vida sindical, etc. Os elementos mais firmes e que mais se destacam, que atingiram esta terceira etapa, são considerados os simpatizantes do Partido e "trabalhados" no sentido de constituírem o círculo de amigos contribuintes da Base. Somente num processo mais ou menos demorado é que o elemento é recrutado e vem a participar da primeira reunião do Partido. Entretanto, o companheiro recém-recrutado não pode conhecer todos os membros da Base, nem mesmo todos os membros de sua direção; sua ligação fica restrita a um membro do secretariado e alguns militantes de sua seção na fábrica.

Este tipo de trabalho de recrutamento tem demonstrado que, apesar de ser mais difícil e cansativo, é o que dá melhores resultados, pois embora o crescimento da Base tenha sido lento, por outro lado, é feito com segurança e de forma permanente.

Atualmente, quando já contamos com algumas dezenas de camaradas na empresa, o secretariado dirige a Base reunindo-se com os responsáveis de cada seção, em que esta se acha dividida. Quando há algum problema importante que deva ser discutido e sobre o qual deva deliberar toda a Base, como, por exemplo, a eleição do secretariado, reúnem-se as assembleias das seções ou dos turnos de trabalho, elegendo estas os delegados para a assembleia geral, que, embora se realize com um número restrito de militantes, tem base legal, democrática e representativa para decidir sobre qualquer problema da organização da Base na empresa.

O debate realizado na Base nos levou à conclusão que o Partido não deve se deixar transformar

num "corpo estranho" e para crescer e se fortalecer precisa que seus membros sejam vistos pela massa, ou pelo menos pela sua parcela mais esclarecida, como os elementos mais destacados e combativos da classe operária. Mas, o Partido só poderá ser "sentido", criticado e ajudado pela massa se estiver presente em cada problema ou acontecimento que interesse à massa trabalhadora. Daí a importância do trabalho de agitação e propaganda, que deve ser realizado pelas Bases de maneira permanente.

COMO REALIZAR A AGITAÇÃO E PROPAGANDA?

A própria experiência da Base, à qual nos referimos acima, nos ensinou, que a agitação oral junto à massa dá bons resultados, mas coloca em risco a segurança do Partido e, às vezes, até mesmo a sua sobrevivência na empresa.

Quando perdemos o companheiro, que foi dispensado da empresa e possuía uma maior experiência de trabalho junto à massa, decidimos durante um determinado período, que a agitação e propaganda oral somente seria feita num círculo restrito, junto a elementos de nossas relações, que gozassem de nossa relativa confiança, objetivando com isso resguardar os poucos companheiros que tínhamos na empresa. Decidimos, que a propaganda para a massa seria realizada de forma clandestina através de folhetos, boletins, passa-passa, colagens, pinturas, e na medida do possível, passaríamos a imprimir um jornalzinho da empresa.

Entretanto, tínhamos que enfrentar um novo problema: não estávamos materialmente preparados para realizar esse tipo de trabalho. Inicialmente conseguimos uma máquina de ascrever usada e um "reco-reco", e com este material precário foi possível imprimir milhares de volantes que foram distribuídos na empresa. Temos enfrentado enormes dificuldades para realizar esta tarefa, pois existe a perseguição do aparelho de repressão policial, montado pela ditadura tanto fora, como dentro da empresa, e além disso nossos militantes são novos, despreparados e sem experiência prática. Há algum tempo estamos trabalhando no sentido de formar uma caixa especial para num futuro mais ou menos próximo equipar a Base com o aparelhamento técnico indispensável para a realização de sua agitação e propaganda uma de suas atividades revolucionárias mais importantes.

Quando foi levantado o problema da agitação e propaganda na Base, surgiram acalorados debates. Alguns companheiros consideravam um erro lançar boletins dentro da empresa, porque isso chamaria a atenção do aparelho repressivo e poderia acarretar a liquidação do Partido. Outros concordavam com a distribuição de boletins na empresa, que levassem a nossa orientação política, mas achavam que não deviam ser assinados pelo Partido. Argumentavam que o nome do Partido não só poria a reação em estado de alerta como limitaria a difusão dos boletins, por ser esta uma atitude sectária.

Contudo, a maioria dos companheiros foi de opinião que o Partido deve defender a sua linha política junto à classe operária de forma clara, franca e honesta, pois só poderá assumir seu papel de vanguarda se estiver ligado às massas, aprendendo e dialogando francamente com elas.

Atravessamos atualmente um período na vida da nação em que surge diversos grupos de várias tendências, pretendendo falar em nome da revolução, com posições extremistas e propondo soluções absurdas e de caráter anti-marxista, e também quando a

Ditadura militar procura jogar nos ombros dos comunistas a responsabilidade pelas ações desses grupos extremistas, marginalizados das massas. Na hora em que as classes dominantes reacionárias tudo fazem para confundir as massas, o Partido precisa aparecer perante elas com uma posição clara, firme e consequente em defesa de sua linha política e dos princípios do marxismo-leninismo. Na medida das nossas possibilidades, a Base de nossa empresa tem procurado cumprir esta tarefa, rompendo com a rotina e a passividade que ainda reinam em nosso meio.

Tendo como base a nossa própria experiência, chegamos à conclusão que é preciso saber escolher o momento exato para colocar um determinado problema, mesmo quando se trata dos problemas mais sentidos pela massa. Assim, para citar um exemplo, quando um trabalhador da empresa sofreu um grave acidente numa máquina obsoleta e o acontecimento gerou o protesto espontâneo de sua seção, chegando ao conhecimento de toda a empresa, no dia seguinte lançávamos o boletim do Partido, mostrando que aquelas prensas imprestáveis tinham entrado no país como novas e que isso era uma forma dos capitalistas estrangeiros realizarem a remessa ilegal de lucros para o exterior. Provávamos que desta maneira os capitalistas estrangeiros, além de explorarem os operários, estavam expoliando e empobrecendo a nossa Pátria, e que o atual governo militar, além de reacionário, é entreguista e vendilhão, porque permitiu e facilitou a exploração imperialista de nosso país. Ao mesmo tempo em que fazíamos a denúncia, procurávamos convocar os trabalhadores para uma posição de luta de classes.

Em nossa atividade de agitação e propaganda procuramos também aproveitar os acontecimentos políticos de repercussão nacional, como, por exemplo, a implantação pela ditadura do AI-5 e a substituição de Costa e Silva pela Junta Militar. Uma vez que não foi possível receber uma orientação imediata do organismo superior do Partido, corremos o risco de cometer alguns erros de interpretação, mas, em compensação, o boletim da Base levou a opinião do Partido a milhares de trabalhadores, que naquele momento tinham colocado o futebol em segundo lugar e estavam voltados para o problema político.

O resultado de nossa atividade de agitação e propaganda tem sido surpreendente. Uma parte considerável da massa, principalmente a mais esclarecida, passou a admirar, respeitar e apoiar as posições do Partido e atualmente se encarrega ela mesma, espontaneamente, de fazer chegar os nossos boletins e folhetos às seções, onde a Base não tem ainda condições de distribuí-los. Por outro lado, os grupos ultra-esquerdistas, que atuam na empresa, passaram a respeitar o Partido e a dialogar com ele, adotando posições mais corretas, e, em certas ocasiões, tem colaborado com a atividade política da Base. Contudo, o mais importante, é que na medida em que fomos capazes de ampliar e, sobretudo, de melhorar a qualidade de nossa propaganda, conseguimos fortalecer o Partido com novos membros e ampliar as finanças orgânicas, sendo que no último Mês Nacional de Finanças mais de duas dezenas de operários de nossa empresa contribuíram com um dia de seu salário para a Campanha.

Ao enfrentar a tarefa de agitação e propaganda, tivemos que discutir e tomar decisões a respeito das condições para colocá-la em prática.

AS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Já nos referimos às medidas de segurança que tivemos que adotar no que se refere ao recrutamento e à organização e funcionamento da Base. Da mes-

ma maneira, para realizar uma "panfletagem" dentro da empresa na situação atual de repressão é necessário conhecer bem a realidade local e planejar o trabalho, levando em consideração o problema da segurança, pois trata-se de uma tarefa difícil e arriscada. Embora tenhamos consciência de que na luta de classes, assim como na guerra, não se trava uma batalha sem correr o risco de sofrer baixas, temos o dever de planejar nossas ações, procurando evitar essas baixas, ou reduzindo-as ao mínimo possível. Em nossa atividade temos adotado os seguintes critérios:

1º)-procuramos conhecer o aparelho de repressão montado dentro da empresa e seus métodos de ação, destacando companheiros e preparando-os para essa tarefa específica;

2º)-planejamos cada ação em seus mínimos detalhes, levando em conta dia, hora, equipes, área de ação de cada equipe, bem como o sistema de segurança propriamente dito, que consiste fundamentalmente no reconhecimento prévio da área, no fato de destacar os elementos que farão a cobertura, na escolha dos sinais de aviso, etc.;

3º)-procuramos discutir a tarefa coletivamente, definindo a responsabilidade individual de cada militante na sua execução e exigindo a observação rigorosa de disciplina partidária;

4º)-realizamos um balanço crítico e auto-crítico de cada tarefa realizada, visando extrair os resultados políticos dessa ação, educando os militantes e procurando corrigir as falhas existentes e aperfeiçoar os métodos de trabalho;

5º)-temos procurado sempre manter um determinado número de companheiros na reserva para em caso de queda daqueles que estão em ação assegurar a continuidade do funcionamento da Base.

Estas são, em resumo, as medidas que nos têm permitido desenvolver a atividade de agitação e propaganda da Base, durante estes últimos anos, sem sofrer baixas em nossas fileiras. E foi justamente no processo de execução desta tarefa prática que fomos testando, selecionando e forjando os militantes mais abnegados, disciplinados e combativos da nossa organização de Base.

A FORMAÇÃO DOS QUADROS DIRIGENTES

Nossa Base é constituída em 90% de membros jovens tanto de idade, como de militância partidária. Evidentemente, nesta difícil época em que vivemos, quando somos caluniados e perseguidos brutalmente pelas classes dominantes reacionárias que governam o país, o trabalhador que pede ingresso no Partido já revela um elevado grau de consciência política, um profundo sentimento humanitário, um grande desprendimento pessoal, coragem e disposição de luta. Isso demonstra a imensa superioridade moral de nossa causa e a força de atração que exerce o socialismo sobre a consciência dos homens, particularmente sobre a juventude operária.

No terreno da formação de quadros, ou seja de sua educação política e ideológica, nossa experiência tem demonstrado que só alguns companheiros logo ao ingressarem no Partido adquirem consciência da grandiosidade de nossa causa e da imensa responsabilidade que repousa sobre seus ombros. Estes companheiros conseguem compreender que para se tornarem verdadeiros combatentes revolucionários pelo socialismo têm que possuir um elevado nível de conhecimentos, tanto da nossa teoria científica - o marxismo-leninismo-, como da realidade econômica, social e política do país e do local onde atuamos. Infelizmente, estes companheiros que procuram estudar e elevar os seus conhecimentos ainda são muito

poucos.

Entretanto, a maioria daqueles que ingressam no Partido ainda não entenderam devidamente a parcela de responsabilidade que lhes cabe no processo da revolução e, por isso, subestimam o estudo nas fileiras partidárias, o que vai se somar à tradicional subestimação existente no Partido pelo trabalho de educação e formação de quadros. Mesmo aqueles companheiros que estão em cursos técnico-profissionais e, portanto, deveriam estar mais acostumados à leitura e ao estudo, subestimam o estudo da teoria revolucionária e da linha política do Partido.

Essas concepções levam a que em nossa Base contamos com um comparecimento bastante satisfatório às reuniões em que se discute e se decide sobre tarefas práticas, por mais arriscadas que possam ser. Entretanto, quando se trata de uma reunião para estudar, verifica-se um baixo nível de comparecimento. Entendemos que os companheiros só despertarão para a importância da assimilação da teoria na medida em que a sua própria atividade revolucionária junto às massas, assim como a vida orgânica no seio da base do Partido, lhes mostrar que sem estudar não será possível desempenhar o papel de vanguarda a que nos propomos. Isso, contudo, não significa que possamos adotar uma atitude conformista perante esta questão; ao contrário, encaramos o trabalho de educação como o problema número um da Base, pois sabemos que sem teoria revolucionária, sem estudo, sem quadros dirigentes política e ideologicamente capacitados, não poderemos desempenhar na prática o papel de vanguarda, o papel de dirigente político da classe operária e das grandes massas de nosso povo.

É necessário organizar o estudo de forma permanente e adequada, tendo em conta o nível de cada militante, pois a experiência do passado nos mostrou, que muitos operários ingressaram no Partido para aprender alguma coisa, e como nas reuniões só se tratava de rifas e de outros problemas desse tipo, acabaram se afastando. Neste terreno, estamos travando a luta para incorporar o maior número possível de militantes da Base ao estudo da teoria revolucionária e da nossa realidade. As dificuldades ainda são muito grandes e a experiência pequena, mas apesar disso já contamos com alguns resultados positivos, decorrentes das seguintes medidas que foram adotadas:

1a) Tornar as reuniões menos formais e pesadas, mais simples, naturais e agradáveis. Isto tem sido conseguido, permitindo que cada companheiro fale o que pensa naturalmente, sem formalidade, e disponha do tempo necessário para expor suas idéias. Ao permitir os apartes e contra-apartes, sem muito rigor na limitação do tempo, temos ajudado os companheiros mais tímidos e que têm mais dificuldade para expor seu pensamento a se desenvolverem politicamente e adquirirem mais confiança em suas próprias forças. Desta maneira, até mesmo quando as reuniões adquirem um caráter liberal e até certo ponto "abagunçado", no final as resoluções adotadas pela Base são fruto de um debate democrático muito mais amplo que nas reuniões formais, e por isso resultam mais acertados.

2a) Partir do estudo e do debate da realidade local, dos problemas mais simples e mais sentidos pelos militantes. Ao partir dos problemas imediatos, concretos e práticos da empresa, relacionando-os com os problemas gerais do país e as formulações de nossa linha política, temos conseguido uma maior assimilação da teoria revolucionária e da linha política do Partido por parte dos militantes e, conseqüentemente, melhores resultados em sua a-

plicação às condições concretas da empresa.

3a) Realizar discussões individuais com aqueles companheiros que manifestam dúvida ou confusão ideológica. Com esta medida tem sido possível aprofundar o exame do problema controverso, promover a ajuda mútua muito salutar, valorizar as qualidades dos jovens militantes e conseguir dos companheiros em questão uma participação mais consciente e dinâmica na atividade partidária.

4a) Promover encontros informais entre companheiros e suas famílias. Essas iniciativas têm permitido o debate entre diversos companheiros da Base sobre problemas que não estão bastante esclarecidos e que ficaram pendentes nas reuniões, assim como sobre temas políticos e teóricos de caráter geral. Os debates desse tipo, que, em geral, são mais aprofundados do que nas reuniões de caráter formal, tem possibilitado uma ajuda mútua proveitosa, assim como a elevação de nosso nível de conhecimentos. Esta medida possibilitou também um maior relacionamento entre nossas famílias e o fortalecimento da amizade e do espírito de camaradagem e fraternidade entre os companheiros. Isso nos levou ainda a melhorar a compreensão do problema da solidariedade aos presos políticos e suas famílias, o que resultou em alguns êxitos concretos bastante importantes no que diz respeito ao trabalho de solidariedade.

Esses encontros e debates informais tem ainda contribuído para que uma parte considerável das famílias de nossos companheiros se incorporem de uma forma ou de outra à nossa causa. Assim é que muitas das esposas de nossos companheiros passaram a entender melhor os objetivos por que lutam seus maridos.

O TRABALHO DE FINANÇAS

Apesar da arrecadação financeira de nossa Base ter aumentado em dez vezes nos últimos anos, ainda sofremos de muitas deficiências e apresentamos uma série de falhas nessa importante frente de trabalho.

A maioria dos membros da Base ainda não encara o trabalho de finanças como uma tarefa política de importância decisiva para a construção do Partido. Há os que se apegam a qualquer pretexto para não pagar a sua mensalidade, assim como os que, devido ao seu baixo nível ideológico, contribuem de maneira irregular. E muitos daqueles que contribuem regularmente não se preocupam de conseguir novos amigos contribuintes para o Partido, ou de reajustar sua contribuição de acordo com o aumento do seu salário e do custo de vida. Entretanto, apesar de todas essas incompreensões, já foram alcançados alguns resultados positivos no trabalho de finanças:

- 1) a metade dos militantes contribuem regularmente e contamos com uma equipe de companheiros que compreendem a importância das finanças;
- 2) estamos consolidando as finanças orgânicas da Base;
- 3) mais de vinte militantes e simpatizantes têm contribuído com um dia de seu salário para as campanhas de finanças realizadas pela Base;
- 4) realizamos uma campanha extraordinária de finanças destinada à solidariedade aos presos políticos e suas famílias, para a qual conseguimos um grande apoio de massa, tendo arrecadado mais de dois mil cruzeiros em trinta dias.

Consideramos que os êxitos alcançados nesta frente de nossa atividade se devem à discussão tanto coletiva, como individual, da importância do trabalho de finanças para a construção do Partido, as-

sim como ao trabalho de propaganda realizado pela base junto à massa da empresa, o que possibilitou o seu apoio aos nossos empreendimentos financeiros.

A COMBINAÇÃO DO TRABALHO LEGAL COM O ILEGAL

A justa combinação do trabalho partidário ilegal, clandestino, dentro da empresa, com o trabalho legal, sindical, de massas, tanto dentro da empresa, como no sindicato, é, segundo nos parece, um dos grandes problemas que a nossa organização de Base tem que resolver.

A atividade de agitação e propaganda clandestina, mesmo quando voltada para os problemas da massa e realizada de forma justa e adequada, é por si só insuficiente para conduzir as massas à luta. Não basta despertar as massas para um determinado problema de seu interesse; é necessário realizar um trabalho de agitação e propaganda em profundidade, no sentido de educar as massas politicamente, pois só quando elas adquirem a consciência de classe sentem a necessidade de se organizarem e se lançarem à luta.

Já está suficientemente comprovado, que não basta agitar os problemas que a massa sente e realizar a propaganda da revolução; é necessária a prática revolucionária dessas mesmas massas; a experiência de todo o movimento operário nos ensina que os milhões de trabalhadores se educam na prática da luta, através de sua própria experiência no processo da luta de classes. Por esta razão, a preocupação central da Base consiste em despertar, organizar e conduzir os trabalhadores da empresa à luta por suas reivindicações e pela conquista dos objetivos políticos da classe operária.

Combinar o trabalho ilegal da empresa com o trabalho sindical legalmente permitido tanto na empresa, como no sindicato, não tem sido uma tarefa fácil para nossa Base, pois ainda contamos com poucos quadros politicamente capacitados para esse tipo de tarefa. Por outro lado, como somos um Partido numericamente pequeno em relação às necessidades da empresa, tornou-se necessário reservar muitos dos melhores militantes da Base para o trabalho de organização, visando à construção e à consolidação do Partido, o que também tem dificultado a realização de um trabalho sindical legal de massas mais amplo.

É preciso ter em conta que para realizar com êxito o trabalho sindical na empresa faz-se necessário preparar militantes que possuam um conhecimento razoável da legislação trabalhista e sindical, conheçam bem os problemas da empresa, o nível de consciência dos operários, saibam se relacionar com a massa, sejam fraternais, solidários e amigos dos colegas de trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho sindical na empresa deve ser realizado de forma equilibrada, sem expor desnecessariamente os nossos militantes, evitando "queimá-los" politicamente e assegurando a sua permanência na empresa o maior tempo possível, o que é muito importante para a continuidade do próprio trabalho.

Há algum tempo a Base vem procurando desenvolver o trabalho de sindicalização, pois esta ainda é extremamente insuficiente. É também muito pequena e deficiente a participação sindical daqueles operários que já são associados do sindicato. Por isso, desenvolver a sindicalização e alcançar uma participação maior na luta sindical dos operários da empresa é uma das importantes tarefas da Base no momento atual. Nesse sentido temos dado alguns passos. Toda vez que surge um problema importante e a diretoria do sindicato procura manobrar, fazendo o jogo dos patrões e do governo, lançamos boletins dentro da empresa convocando os trabalhadores a participar da assembleia e esclarecendo a posição do Partido diante da questão em pauta. Dessa forma, e com o trabalho de nossos companheiros nas assembleias, tem sido possível elevar a participação da massa nas lutas sindicais, assim como conseguir um maior apoio seu às posições do Partido.

Entretanto, uma série de nossas grandes dificuldades para fazer avançar o trabalho sindical de massas consiste em que muitos de nossos companheiros ainda não assimilaram os ensinamentos de Lenin sobre a necessidade e a importância dos comunistas atuarem nos sindicatos reacionários e, por isso, subestimam o trabalho sindical na fase atual de "ar rôcho" e repressão da ditadura.

Na nossa opinião, a combinação do trabalho legal com o ilegal não se pode limitar à atividade dos militantes comunistas. Na atual situação política é indispensável que a própria massa compreenda a necessidade de se organizar e atuar clandestinamente dentro da empresa, combinando esta forma de organização e de luta com a atividade sindical permitida legalmente pela ditadura. Evidentemente, trata-se de uma tarefa complexa e difícil, mas apesar disso, nosso dever é lutar para alcançar essa meta, pois caso contrário não será possível desenvolver com êxito a luta de massas no momento atual.

Nesse sentido temos discutido com os elementos mais esclarecidos da massa da empresa (tanto com os que pertencem a correntes diversas, como os que delas estão desvinculados), propondo a criação de comissões e comitês clandestinos de frente única, que tenham a função de desenvolver o trabalho sindical de massa dentro da empresa. Insistimos na criação dessas organizações de massa dentro da empresa, porque julgamos que elas poderão constituir uma experiência positiva no sentido de elevar o nível de consciência política da classe e de combinar corretamente as formas legais e ilegais de organização e de luta das massas trabalhadoras.

O Partido só poderá desempenhar na prática seu papel de vanguarda, se as organizações de base e os seus militantes dominarem todas as formas de luta; para isso é necessário estarmos organizados, políticos e materialmente preparados para passar de uma forma de luta para outra, sempre que a situação o exigir. Embora a nossa Base não esteja ainda preparada para desempenhar a sua missão na empresa, temos consciência dessa necessidade, pois entendemos que a atividade da Base não pode se resumir à agitação e propaganda, à preparação e direção de uma greve, à participação de uma eleição sindical ou da diretoria do sindicato, nem mesmo à derrota da ditadura e conquista das liberdades, mas que temos que nos preparar para dirigir a luta da classe operária durante todo o processo da Revolução Brasileira, até a conquista do poder político e consequente construção do socialismo.

O TRABALHO DE FRENTE ÚNICA

A experiência tem mostrado, que o êxito do trabalho de massas depende fundamentalmente da unidade de ação dos trabalhadores. E esta unidade só poderá ser alcançada em torno daqueles objetivos programáticos que atenderem no fundamental às aspirações das diferentes correntes políticas, que atuam no meio da classe operária, e que poderão, assim, constituir a bandeira de luta dessas massas.

A nossa Base vem trabalhando no sentido de conquistar essa unidade, mas, embora tenhamos dado alguns passos positivos nessa direção, ainda encontramos muitas dificuldades e obstáculos a vencer. A constituição de uma frente única, baseada num pro-

grama de luta que permita a unidade de ação dos trabalhadores da empresa, vem sendo dificultada pelos seguintes fatores:

- 1º) pelo baixo nível de consciência política dos trabalhadores e suas consequências, pelo reduzido grau de sindicalização e pela sua pequena e deficiente participação na luta sindical;
- 2º) pela ausência de liberdades sindicais e pelas dificuldades para reunir e promover debates entre as diferentes correntes políticas que atuam na empresa e no sindicato;
- 3º) pelo radicalismo e intransigência de determinados grupos ultra-esquerdistas;
- 4º) pelo sectarismo e inexperiência de nossos companheiros.

Para superar essas dificuldades torna-se necessário realizar um trabalho árduo e paciente a longo prazo, em que pouco a pouco vá se formando a frente única pela base. Esta só se desenvolverá e se consolidará durante o processo de luta das massas, que a partir de sua própria experiência se convencerão da necessidade conjunta das ações conjuntas.

No momento, estamos concentrando nossos esforços no sentido de corrigir as falhas no trabalho sindical, mobilizando as massas para a luta contra a política de "arrôcho salarial" imposta pelo governo da ditadura militar, assim como pela luta por suas reivindicações específicas, o que será um primeiro passo importante rumo à conquista da unidade da classe operária.

IV- ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao encerrar esta tentativa de uma análise crítica de nossa experiência, que foi prejudicada, por um lado, pelas nossas próprias limitações e, por outro lado, pela necessidade, imposta pela clandestinidade, de manter sigilo sobre certos fatos, resguardando assim a organização do Partido na empresa, chegamos às seguintes conclusões finais:

1º)-Apesar da brutal repressão policial e da violenta propaganda anti-comunista realizada pela ditadura e pelas classes dominantes, existem condições favoráveis para construir o Partido nas grandes empresas.

2º)-Mesmo tendo aumentado em dez vezes o número de membros da Base nestes últimos anos, contamos com um Partido ainda numericamente pequeno e politicamente débil em relação às necessidades e às possibilidades na empresa.

3º)-O crescimento da Base tem sua causa fundamental no trabalho de agitação e propaganda, voltado para os problemas sindicais e políticos de interesse das massas, que tem sido realizado na empresa.

4º)-Para fortalecer de forma constante o Partido na empresa é necessário adotar determinadas medidas de segurança, tanto no que se refere ao recrutamento, à organização e ao funcionamento, assim como à atividade prática da Base.

5º)-Para consolidar a Organização do Partido na empresa é indispensável contar, ao menos, com um companheiro que possua certa base teórica, experiência e firmeza ideológica, podendo assim contribuir para a educação comunista dos elementos recém recrutados, para a formação dos quadros dirigentes e para a seleção adequada dos militantes destinados a cada frente de trabalho. É muito importante também a assistência e a ajuda do organismo superior do Partido.

6º)-O ritmo de crescimento da Base da empresa depende fundamentalmente:

- de sua capacidade de aplicar o método de di-

reção coletiva e de incorporar todos os companheiros à atividade política;

- de convencer os militantes da necessidade e da importância do estudo da teoria revolucionária, da linha política do Partido e da realidade brasileira;

- de compreender a necessidade de renovação do Partido e planificar o recrutamento, concentrando-o nas seções fundamentais da empresa;

- de romper com os métodos rotineiros, com a passividade e o comodismo, e encontrar novos métodos de trabalho de acordo com as necessidades e a realidade concreta.

7º)-Para que a Organização de Base possa exercer na prática o seu papel de vanguarda é necessário:

- que esteja permanentemente ligada à massa da empresa e, tendo em conta o seu nível real, seja capaz de indicar com acerto a solução de seus problemas;

- que contribua para a formação de uma consciência de classe, assim como para a organização e para a unidade dos trabalhadores da empresa;

- que tenha uma visão de conjunto de todo o processo revolucionário, que se prepare política, orgânica e materialmente para aplicar todas as formas de luta e saiba combinar o trabalho ilegal com o legal;

8º)-Finalmente, a nossa experiência demonstra que o Partido só pode crescer e se fortalecer no seio da classe operária na medida em que aplica corretamente e com firmeza a sua linha política, aprovada no VI Congresso, e que a própria vida tem mostrado que é justa no fundamental. Por outro lado, torna-se claro, que atualmente a luta pela aplicação da linha do VI Congresso consiste basicamente em desenvolver um grande esforço coletivo no sentido de construir um Partido solidamente enraizado na classe operária e em condições de conduzi-la à vitória na luta por nossos objetivos táticos e estratégicos. Uma tarefa depende fundamentalmente da outra: não é possível aplicar a nossa linha, sem construir o Partido, e a construção do Partido representa a maneira mais correta de aplicar a linha no momento atual.

A nossa Base cresceu e se fortaleceu na medida em que teve a capacidade de levar a orientação política do Partido à massa da empresa, na medida em que denunciávamos as arbitrariedades e injustiças da ditadura e dos patrões capitalistas, defendemos as reivindicações dos trabalhadores e combatemos com firmeza as posições aventureiras dos grupos ultra-esquerdistas e apontamos o caminho mais acertado de luta, possibilitando a conquista de algumas vitórias pelos operários da empresa.

ITAGIBA BRASIL
Março de 1971.

x-x-x-x-x

NOTA:

Embora este documento tenha contado com a participação e a aprovação do secretariado da Base e de alguns camaradas dos organismos superiores, que também estão vivendo a nossa experiência, a responsabilidade pela sua elaboração é individual. A sua finalidade é transmitir a nossa experiência a todos aqueles que estão entretendo na prática o "desafio histórico", e contribuir para o debate que o conjunto partidário, a nosso ver, deve realizar, objetivando a construção de um forte e numeroso Partido no seio da classe operária.

AVANÇAR SEM SE ISOLAR

UMA ENTREVISTA DA REDAÇÃO DE DEBATE COM JEAN-MARC VON DER WEID

Jean-Marc von der Weid foi o último presidente eleito por um Congresso representativo da União Nacional dos Estudantes. Na clandestinidade, na prisão e no exílio, não deixou, ao longo destes anos de dura repressão e de relativa desmobilização e desorganização do movimento democrático -do qual os estudantes são uma componente decisiva- de acompanhar o lento, difícil mas tenaz esforço de alguns punhados de militantes que nas escolas mantiveram acesa a chama da liberdade na noite do fascismo. Nove anos depois dos grandes combates de 1968, quando os estudantes novamente descem às ruas na frente da primeira ofensiva de massas contra o terror militar em quase uma década, era normal que nos dirigíssemos a Jean-Marc para com ele examinar, numa discussão fraterna, o que foi a trajetória do movimento estudantil de 1968 a 1977. O que segue são passagens de uma longa conversa de muitas horas entre Jean-Marc e a redação de Debate.

DEBATE: Seria interessante que para começar você relembrasse as circunstâncias do Congresso da UNE de 1968, último Congresso representativo, no qual você foi eleito presidente da entidade.

JEAN-MARC: O Congresso de outubro de 1968 que se fez em Ibiuna foi o que teve a maior participação de massa, ao menos depois do golpe. Houve um total de uns mil estudantes participando dos quais uns oitocentos mais ou menos eram delegados. Os outros cuidavam da infra-estrutura, segurança, etc. O importante é que praticamente todos os delegados tinham sido eleitos da maneira a mais democrática, através de Assembleias, inclusive com voto secreto em várias Faculdades. Isto deu uma demonstração de força do movimento estudantil, que conseguiu impor sua legalidade. Mas tentar fazer um Congresso clandestino naquela altura foi um erro político. Que facilitou o trabalho da repressão. Não vou capitalizar aqui minhas propostas de dez anos atrás, mas a posição que na época defendi foi de realizar um congresso aberto, na USP, com mobilização de massa para apoiá-lo. Era inclusive importante utilizar elementos da legalidade burguesa como um acórdão do Supremo Tribunal Federal declarando não ser ilegal uma reunião convocada para examinar a possibilidade de reorganizar a UNE. Mas havia a rejeição ao legalismo e acabou sendo realizado o Congresso na marra em Ibiuna. A queda do Congresso trouxe um desgaste muito grande para o movimento estudantil.

DEBATE: Sendo que neste momento já estava baixando o movimento de massas... Mas afinal, o Congresso foi realizado ou não?

JEAN-MARC: O Congresso praticamente não começou. As pessoas começaram a chegar numa segunda-feira e na sexta chegou a repressão. As reuniões plenárias tinham se iniciado na quinta.

DEBATE: Mesmo assim houve tempo para você ser eleito?

JEAN-MARC: Não fui eleito neste Congresso. Mas no que foi reorganizado depois. Enfim, o que se perdeu foi a oportunidade de realizá-lo num momento em que ele fugia ao controle estrito das organizações. Em Ibiuna era possível escapar do jogo sectário. Houve mudanças de posição dentro do Congresso. A luta contra o sectarismo foi fundamental. O sectarismo vinha de todos, inclusive da AP, que no Congresso se isolou pagando o preço de sua posição anterior, de qualificar todas as demais organizações de "revisionistas".

DEBATE: Quando se realizou o novo Congresso, ou melhor, quando se reorganizou o Congresso da UNE?

JEAN-MARC: Após o Ato 5 as possibilidades de realizar um Congresso Nacional representativo eram extremamente reduzidas. A maior parte dos dirigentes presos em Ibiuna havia sido libertada, muitos -foi o meu caso por exemplo- porque conseguiram disfarçar a própria identidade. (Eu aliás, quando fui preso em Ibiuna, estava já condenado a dois anos de prisão). As condições eram portanto difíceis no fim de 1968. Recorremos então ao método dos chamados Congressos Regionais formados por reuniões, a nível estadual, dos delegados eleitos para Ibiuna. Estes escolhiam então um delegado que levava as posições votadas em cada instância estadual para a reunião nacional. Em São Paulo havia tantos delegados que se realizaram três Congressos Regionais. O importante é notar que a situação política em que se realizaram estes Congressos Regionais já não tinha mais nada que ver com aquela existente no momento em que os delegados tinham sido eleitos. As pessoas foram eleitas no clima de agosto-setembro de 1968 e decidiam um programa no clima do pós A.I.-5. No Encontro Nacional que se fez para fazer o balanço dos votos, nós praticamente redefinimos o programa. Por isso caiu muito o alcance político do Congresso. O encaminhamento do processo sofreu contestação de todos os lados, o que era inevitável visto a multiplicidade de pequenos Congressos se reunindo em cada canto do país. E no que se refere à eleição de nossa chapa, os resultados foram bastante apertados. Fomos eleitos com votação de 8 votos sobre a chapa oposta, dirigida por José Dirceu. O processo só se concluiu em abril de 1969. Com imensas dificuldades. Em setembro fui preso. O que existia da UNE neste momento era algo extremamente enfraquecido. Suas bases nas Faculdades haviam também sido duramente golpeadas. E a maioria das organizações tinha retirado quase todos os seus quadros do movimento estudantil. As entidades, em vários lugares, estavam praticamente vazias. Não porque a repressão tivesse prendido seus responsáveis, mas porque estes tinham saído antes... Onde o vácuo de liderança política no movimento universitário, que acabou deixando a UNE flutuando no ar. Fomos eleitos para um programa de antes do Ato 5 e tivemos de criar um outro para depois do Ato. Isto também teve consequências negativas, inclusive porque o tipo de liderança mais indicado para um período de agitação e propaganda largos como em 1968 já não era mais conveniente para um período de ação ilegal e de repressão violenta, onde devem primar as qualidades de organizador paciente. Para mim ficou evidente de saída que a diretoria eleita comigo não estava apta para assumir estas novas tarefas criadas pela nova situação política. Eram raros os bons organizadores. Havia em compensação excelentes agitadores, mas a hora da agitação tinha passado. Além do mais, a análise que se fazia desta situação política era errada. O Ato 5 aparecia como o "último estertor" da ditadura. Ou como diziam na época os maoístas, com o Ato 5 a ditadura tinha levantado uma pedra para deixá-la cair sobre seus próprios pés. O diabo é que nossa cabeça estava no meio do caminho... No movimento estudantil, isto se traduziu por uma obstinada tentativa de manter indefinidamente o clima de liberdade e de mobilização do ano anterior. Foi o que ocorreu particularmente na Faculdade de Filosofia do Rio, onde em abril de 1969 realizou-se conferência do representante da UNE na OCLAE, considerado pela polícia como o "homem de Cuba" e procurado por toda parte. O resultado foi que fechou-se a Faculdade e foi uma luta terrível para reabri-la. Mesmo assim a proposta que então lancei, de recuar, evi-

tando a prisão e enquadramento no 477 dos líderes mais visados pelo diretor da escola, um reacionário, foi rejeitada. Decidiu-se ocupar a Faculdade, houve quebra-quebra, e no dia seguinte os 250 estudantes que tinham assinado a lista de presença foram presos em suas casas. Com essa acabou literalmente o movimento estudantil na Filosofia do Rio que tinha sido, de longe, a escola mais politizada do país.

DEBATE: A estrutura da UNE resistiu ainda algum tempo após tua prisão. A que condições e em que condições?

JEAN-MARC: Até 1972 os membros da minha chapa em liberdade asseguraram a direção da UNE. Mas com condições de atuação extremamente limitadas. A ação no terreno cultural foi muito importante, o espaço político concentrou-se na expressão artística, na música sobretudo. A Semana de Arte Moderna de 1972 deu lugar, enquanto réplica democrática à festa dos ossos de D. Pedro (do sesquicentenário), a uma mobilização muito importante, sobretudo no Rio. Infelizmente, neste mesmo momento, com o episódio da guerrilha do Araguaia, a repressão caiu violentamente em cima do Movimento da Juventude Patriótica, que estava organizando campanha de solidariedade aos guerrilheiros. Um monte de presos, muitos dirigentes do M.J.P. assassinados, e de novo o terror no movimento estudantil.

DEBATE: E como você vê o processo de retomada das lutas estudantis?

JEAN-MARC: Já em 1973 havia, a nível local, um processo de reorganização. Lembre-se do manifesto assinado por 25 diretórios acadêmicos da USP denunciando o assassinato do Vanucchi. Ao mesmo tempo se aprofundava a crise da Universidade. Basta dizer que de 1968 a 1975 a Universidade passou de 220.000 a 1.200.000 estudantes. E sem que se fizesse qualquer tipo de reforma, nem mesmo burguesa. Em fins de 1973 começa a proliferação de jornais e revistas universitárias que acabaram desempenhando papel tão importante: o Cobra de Vidro, o Gol a Gol e tantos e tantos outros. Uns desaparecem, outros se consolidam. Eu já ouvi falar de 44 jornais universitários. Há nisso um salto de qualidade. Em 1968 foram pouquíssimos os jornais. A luta teórica era muito pobre. Agora o avanço neste terreno é evidente. Eu me lembro do jornal que fazíamos na Química, o Tiofeno. Era de uma pobreza incrível. Sobretudo comparado com o que hoje fazem os estudantes. Só houve um estudo a respeito da Universidade feito por nós. Por isso abusávamos dos slogans naquela época.

DEBATE: Não há dúvida de que a qualidade do movimento estudantil é outra atualmente. Sente-se isso na unidade das palavras de ordem, na seriedade e realismo com que vem sendo conduzidas as lutas.

JEAN-MARC: O primeiro embrião de reorganização a nível nacional começou exatamente por onde a gente tinha proposto (sem sucesso na época): pelas Executivas Nacionais (de Medicina, de Engenharia, de Sociologia). De fins de 1973 em diante começam os encontros nacionais destas Executivas. A nível de diretórios estava-se ocupando o espaço tolerado pela ditadura para depois dar o salto e superar a setorização. Em 1974 reaparecem os DCEs. A eleição direta para o DCE em São Paulo, no ano passado, num clima de provocações policiais, mostrou a força da chapa Refazendo. E já este ano, a polícia não pode mais roubar urnas (veladas pelos estudantes). Quanto às correntes políticas, identifico-me com as que ligam a luta reivindicatória à luta contra a ditadura. A minoria da "luta anti-burguesa" na universidade tem na realidade uma prática direitista de freio à mobilização. O grande perigo hoje é o isolamento do movimento estudantil. O povo o apoia, mas não está organizado para acompanhá-lo. Devemos evitar a repetição de 1966 e 1968: escalada de manifestações cada vez mais radicais e cada vez mais isoladas. Sobretudo porque hoje o enfrentamento é muito mais duro.

“MOVIMENTO” E A REVOLUÇÃO AFRICANA

Não nos é mais possível deixar de registrar nosso veemente protesto pela maneira com que o semanário Movimento vem tratando de varias questões referentes à política internacional e em especial as que dizem respeito aos conflitos na Africa Austral. Na medida em que Movimento levanta a bandeira da defesa das liberdades democráticas, proclamando-se "imprensa do leitor" e pretendendo portanto viver do apoio da opinião democrática brasileira é que se torna necessário condenar o tratamento ambíguo e distorcido dado a questões como as que concernem os problemas e o futuro da revolução africana que interessam diretamente os revolucionarios e de mocratas brasileiros.

Evitamos até agora levantar problemas que dividem tão profundamente o movimento comunista internacional e o movimento democrático brasileiro na medida em que consideramos que sem uma sólida unidade de ação esse tipo de discussão pode rapidamente degenerar em querelas escolásticas nas quais aliás se comprazem numerosos intelectuais e grupelhos de "extrema-esquerda". Mas já não é mais possível num momento em que o imperialismo e seus mercenários tentam assassinar o presidente do Benin, assassinam o presidente do Congo, armam o agente da CIA, Savimbi, para que ele semeie o terror na Angola e sabote a reconstrução nacional deste país ainda exangue de uma longa guerra de libertação nacional e da invasão dos negreiros sul-africanos e em que o levante contra Mobutu, assassino de Lumumba e Mulelê e peça chave do imperialismo na região, é reprimido pelas tropas do monarca fascista do Marrocos e do imperialismo francês, admitir que se tente lançar a confusão numa questão em que os campos da revolução e da reação estão perfeitamente delineados e frontalmente opostos.

O tratamento dado pelo jornal a estas questões se caracteriza por uma pseudo neutralidade e objetividade, mas por vezes sua real opção emerge das entrelinhas e toma a forma de afirmações explícitas bastante significativas que se substituem às omissões e ao "não-dito". Não é de hoje que se pode constatar a antipatia dedicada às forças que hoje compõem o governo revolucionário de Angola: já no nº 28 (05.01.76) considerava-se que "(...) o mais dramático talvez venha a ser a tomada de posição dos países membros da OUA ao lado do MPLA contra os dois outros movimentos de libertação FNLA e UNITA (é de se notar a ausência de aspas...) e o abandono da tese de se criar um movimento de coalisão em Angola para evitar a guerra civil."

As coisas ficam claras quando procuramos as teses sobre as quais o jornal fundamenta sua argumentação e que salientam que: "(...) a estrutura de confrontação da rivalidade das superpotências foi realmente a causa do conflito e seu deflagrador(...)" (Movimento, nº33, 16.02.76). Desmascarada já em 1973 por Fidel Castro quando da Conferência dos países não alinhados em Alger, esta doutrina das "super-potências" criada pela diplomacia chinesa para justificar uma política externa voltada principalmente contra a União Soviética, tem servido de pretexto para os piores conluios entre correntes maoistas e a reação interna e internacional dum canto a outro do planeta. Em nosso entender, a crítica ao modelo soviético de socialismo jamais pode ultrapassar a fronteira que separa a revolução e a contra-revolução em escala internacional. E em nenhum caso pode justificar o nacionalismo sem escrúpulos dos dirigentes chineses que estendem a mão a Pinochet, à direita européia, aos negreiros e seus asselclas na Africa onde chegaram mesmo a sustentar militarmente um agente da CIA como Holden Roberto.

Um jornal se define também pelas matérias que transcreve. É sintomática neste sentido a utilização de matérias como a do quotidiano francês Libération (Movimento nº71) onde os voluntários cubanos que defenderam a revolução angolana são apresentados como agentes de uma "intervenção estrangeira", mesma expressão pela qual são designados os invasores da África do Sul e do Zaire (isto é, os negreiros e as tropas de Mobutu).

A apreciação sobre o recente levante no Zaire (Movimento nº 92) é feita no mesmo tom e segundo os mesmos critérios. Falando dos rebeldes que se levantaram contra o ditador Mobutu, o artigo "Quem é quem no Zaire" acaba perguntando se "depois de 16 anos combatendo pelas causas as mais alheias, teriam finalmente os catangueses se convertido à causa da auto-libertação, atravessando as fronteiras de Angola para irem lutar em sua província natal?". Para concluir que "é necessário esperar para saber quais os reais objetivos dos rebeldes do Shaba: separar a província do país, derrubar o governo despótico de Mobutu ou então quem sabe entregá-lo ao 'social-imperialismo' soviético". Se é necessário esperar porque então levantar hipóteses suspeitas e capciosas, que só servem para confundir e portanto para desinformar o leitor? Quando alguém se levanta contra um "governo despótico", o papel de uma sábia "imprensa do leitor" é denunciar o tirano e não especular com perguntas sem resposta.

Mais grave ainda é que esta maneira de discutir a situação internacional acabou repercutindo no plano interno. O editorial de Movimento nº92 -isto é, do primeiro número saído após o 1º de abril da ditadura- significativamente intitulado "Direitos humanos e soberania nacional", faz coro aos protestos do Itamarati contra a "intromissão" de Carter nos assuntos internos do Brasil (entendamos: nos assuntos da tortura) e sustenta que o presidente norte-americano não tem autoridade moral para se arvorar em defensor dos humilhados e ofendidos do resto do mundo. Temos aqui um exemplo característico da versatilidade pantanosa das posições de Movimento em política internacional. Ataca o "imperialismo" soviético na hora que devia defender a revolução africana. Ataca o chefe do Estado norte-americano na hora que devia defender todas as críticas à tortura e aos assassinatos dos militantes da oposição popular. Faz lembrar os chefes emedebistas que quando da visita de Geisel à França e à Inglaterra condenaram "a priori" toda e qualquer crítica ao ditador de turno sob o pretexto falacioso de que, no exterior, ele representa toda a nação. É o mesmo raciocínio, é a mesma inconsequência. Inclusive porque se hoje um Carter é obrigado, ao pretender defender os "direitos humanos" em geral, a defendê-los também no Brasil, isto se deve à corajosa denúncia, que, desde o documento de Linhares assinado em 1969 por Angelo Pezzuti da Silva e seus companheiros de prisão, até a campanha de massas pela anistia, contra a tortura e os assassinatos, que se desenvolve hoje sem que a ditadura possa detê-la, as forças revolucionárias e democráticas nunca deixaram de levar adiante. Quem ajuda a paralisar o braço dos torturadores, ajuda a democracia. Quem ajuda a encobrir, com falsas patriotadas, a ação dos torturadores, atrapalha a democracia. Não se pode defender uma política clara com raciocínios obscuros.

Continuamos achando que Movimento é um órgão que desempenhou, desempenha e poderá continuar desempenhando um papel importante na luta de idéias em nosso país. Justamente por isso não pode poluir seu nome em tristes campanhas como esta que empreendeu a respeito da revolução africana ou da demagogia pseudo-patriótica deste regime de torturadores.

O BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA - II

fernando andrade

§4- A posição do Brasil

O imperialismo não suprime a lógica objetiva do capitalismo, nem suas contradições. Não suprime, por exemplo, nem a concorrência nem a anarquia da produção, mas cindindo a burguesia em monopolista e não-monopolista, estabelece um novo tipo de concorrência (desigual entre os monopólios e as empresas não-monopolistas e "competitiva" entre os monopólios) e uma nova forma de anarquia (não é exato dizer que os monopólios produzem de costas para o mercado, como era a regra na fase pré-monopolista, na qual os capitalistas individuais não conheciam com precisão a demanda solvável para os artigos que produziam; mas como produzem para valorizar o Capital e não para satisfazer as necessidades sociais, estabelecem um novo tipo de anarquia impondo o consumo daquilo que produzem em detrimento daquilo que corresponderia à verdadeira satisfação do "consumidor").

Do mesmo modo, na distinção que efetuamos entre exploração monopolista e exploração imperialista, cabe deixar claro que esta inclui todos os elementos daquela, agravados pelo caráter diferencial da espoliação econômica dos povos dominados pelos povos dominantes.

Vimos com efeito que é próprio à exploração monopolista (enquanto forma específica da exploração capitalista) incidir sobre a economia como um todo, já que todas as classes e camadas não-monopolistas da sociedade, cada uma à sua maneira, são exploradas pelo capital financeiro, entendido no sentido leninista de fusão do capital industrial e do capital bancário. Por isso, para completar a definição inicial da exploração imperialista exposta no § anterior é necessário ter presente que ela é ao mesmo tempo uma exploração monopolista e uma exploração diferencial (=super-exploração).

Grande parte da longa polêmica há décadas em curso dentro de nossa esquerda sobre a posição do Brasil no campo imperialista, que levou a concepções tão opostas quanto a do "sub-imperialismo" e a da "semi-colônia" repousa sobre a incompreensão do duplo caráter da dominação exercida pelos grandes monopólios sobre nossa sociedade. Esclareçamos antes de mais nada que em nada nos interessa uma disputa em torno de palavras e que não nos escapa que em muitos aspectos (pretensão à supremacia regional, à ingerência nos assuntos internos de países vizinhos mais fracos, expansionismo econômico no "Cone Sul", etc.) a expressão "sub-imperialismo" dá uma imagem jornalística de uma realidade econômica e política de nosso país. O mesmo vale, em outros aspectos, para a expressão "semi-colônia". A miséria e a super-exploração das massas brasileiras, a dominação dos

grandes monopólios multinacionais, a subordinação (atualmente atenuada) aos Estados-Unidos, o pesado tributo pago ao capital estrangeiro, são elementos que exprimem o efeito da dominação imperialista sobre o Brasil e tornam compreensível o emprego -também jornalístico ou agitativo- da expressão "semi-colônia". No entanto, ambas as fórmulas são unilaterais, isto é, apresentam aspectos isolados da questão como se fossem o conjunto da questão, apresentam um lado da realidade como se tivessem apresentando todos os lados da realidade. Neste sentido e nesta medida, constituem teses falsas que devem ser refutadas, isto é, combatidas no campo teórico.

A doutrina do sub-imperialismo foi objeto de vários tipos de crítica, inclusive algumas direitistas, como aquela desenvolvida por F.H. Cardoso em Estudos Cebrap nº8, o qual entre outras coisas nega a super-exploração do proletariado dos países dominados (através de uma argumentação extremamente superficial, baseada numa completa confusão entre "mais-valia absoluta" e super-exploração, como se esta não fosse possível sobre a base da mais-valia relativa: Cardoso simplesmente ignora o caráter estruturalmente diferencial da exploração dos proletários dos países dominados...). Ao mesmo tempo, o teórico do Cebrap ataca com inteligência -e com razão em muitos pontos- o esquematismo simplista dos doutrinários do sub-imperialismo brasileiro, em particular de R. Marini cujo opúsculo sobre "El sub-imperialismo brasileño" confunde internacionalismo proletário com bajulação dos sentimentos nacionalistas de outros países latino-americanos e se esquece ao denunciar, de Santiago, o expansionismo brasileiro, de que o Chile arrebatou pela via das armas as províncias marítimas bolivianas (e algumas peruanas), de que também a Argentina desenvolve uma diplomacia de grande potência regional e sobretudo de que a principal vítima do "desenvolvimento monopolista dependente" do capitalismo no Brasil são os operários e camponeses de nosso país. O oportunismo "de esquerda" da doutrina sub-imperialista permitiu pois ao direitismo social-democrata misturar o joio com o trigo e por no mesmo saco as especulações de R. Marini e a exploração diferencial do trabalhador brasileiro. Lênin, ao dar à noção de imperialismo sua significação histórica de época do capitalismo monopolista e da revolução socialista internacional teve como preocupação central determinar sua incidência sobre a dinâmica da luta revolucionária e neste sentido elucidou não somente a dinâmica econômica da expansão imperialista (a exportação de capitais como alternativa à super-acumulação e à baixa

tendencial da taxa de lucro) mas também sua dinâmica política em particular no referente às suas consequências sobre o movimento operário e revolucionário, mostrando como nos países capitalistas metropolitanos, a burguesia monopolista corrompeu uma parcela importante da classe operária - a "aristocracia operária" - favorecendo o avanço do oportunismo no movimento operário e socialista da época (ao qual sucumbiu o próprio "herdeiro" intelectual de Marx e Engels, Kautsky). A confusão mais grave que cria a doutrina do "sub-imperialismo" brasileiro é justamente esta: do mesmo modo que o imperialismo engendra a aristocracia operária devemos considerar que o "sub-imperialismo" engendra uma "sub-aristocracia" operária? Há uma camada importante do proletariado brasileiro que está corrompida por partilhar indiretamente da "sub-exploração" a que o Brasil submeteria outros povos da América Latina? O próprio Marini, ao apontar a super-exploração do proletariado brasileiro parece crer que não. Mas em princípio, a existência de uma massa proletária super-explorada não é incompatível com a existência de uma camada minoritária "aristocratizada". Desconhecemos as eventuais informações demonstrando que tal camada existe (lembrando que se trata de uma camada superior da classe operária e não de uma burocracia sindical corrompida, porque ninguém ignora o fenômeno da pelegagem, só que nem Marini nem ninguém mais mostrou até agora que os pelegos são a expressão de uma problemática aristocracia operária: o que consta é que são impostos ao sindicalismo pelo terror policial-militar).

A doutrina do semi ou neo-colonialismo nega o desenvolvimento capitalista do Brasil, que já atingiu o estágio da concentração monopolista da produção. Nega que a burguesia brasileira dispõe de uma base própria de dominação de classe, considerando que a ditadura militar é mera emanção do imperialismo norte-americano. Nega portanto que a forma do Estado seja hoje a expressão das necessidades da concentração monopolista acelerada, considerando que a classe dirigente ainda é a oligarquia latifundiária. Nega a realidade e afirma uma quimérica unidade da nação brasileira como tal. Vê a contradição principal fora da nação, quando ela atravessa a estrutura mesma da produção. Não pode ser levada a sério, embora, comparada à doutrina do "sub-imperialismo" tenha ao menos o mérito indiscutível de salientar a exploração a que é submetida a grande massa do povo brasileiro. Destas considerações decorre que o Brasil está inserido no campo imperialista internacional como país capitalista explorado pelos monopólios multinacionais, mas cuja burguesia tem interesses econômicos e políticos próprios e participa, tanto quanto os monopólios estrangeiros, da explora

ção dos trabalhadores. Não que se deva identificar a posição da burguesia monopolista brasileira à dos monopólios multinacionais. Os monopólios brasileiros correspondem ao grau do desenvolvimento do capitalismo em nosso país; não dispõem, como os monopólios multinacionais, do controle da inovação tecnológica; não realizaram a integração da pesquisa científica à produção e, sobretudo, a massa de capital que concentram e centralizam é incomparavelmente inferior àquela da alta finança imperialista. Sua esfera de atuação, em que pese o "export drive" de Delfim Neto e consortes, é principalmente nacional, no melhor dos casos regional: são monopólios domésticos. Donde sua possibilidade muito limitada de se organizar em cartéis, trustes e holdings pesando na correlação de forças entre os monopólios internacionais. Donde sua dependência em relação aos fundos públicos, tanto mais que não podem contar, como ocorre com as multinacionais instaladas no país, com financiamento direto e imediato do exterior. Se o traço mais característico da transformação monopolista do capitalismo é a interpenetração do capital bancário e industrial e a formação sobre esta base do capital financeiro, então o capitalismo de monopólios brasileiro é singularmente atrofiado, posto que o chamado "setor financeiro" brasileiro constitui sobretudo um mecanismo de especulação e de usura ao qual a indústria não recorre, salvo para financiar capital de giro. Vale dizer que no Brasil a integração dos grandes bancos e da grande indústria não se verificou, por força do caráter atrasado e dependente do desenvolvimento capitalista: o capital bancário se dirigiu para as negociatas das "financeiras" e o industrial teve de se contentar com as brechas que lhe deixam os monopólios multinacionais. A supremacia da oligarquia financeira imperialista sobre o capitalismo monopolista brasileiro é a causa fundamental da exploração imperialista a que está submetida a economia brasileira como um todo, de sua dependência financeira, a qual se exprime, muito imperfeitamente, em termos contábeis, nos quase 30 bilhões de dólares da dívida externa.

A inferioridade econômica da burguesia monopolista brasileira diante dos monopólios imperialistas constitui a chave da compreensão de sua atitude contraditória em relação ao setor estatal da economia. A fórmula do ex-ministro da Indústria Severo Gomes é neste sentido lapidária: "hoje, desestatizar é desnacionalizar". Hoje e sempre. Sem capitalismo de Estado o capitalismo de monopólios seria inviável no

Brasil. Mas para não "desnacionalizar", a burguesia brasileira teria de fortalecer a economia nacional controlando estritamente os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros, ampliando o mercado interno (o que supõe antes de mais nada o fim do arrocho e a aplicação no campo da consigna "a terra para quem nela trabalha"), aplicando uma decidida política de emancipação econômica e para isso enfrentando toda sorte de chantagens e pressões por parte do imperialismo. Ora, foi por ter apenas preconizado esta política que Jango foi derrubado. O que tem mostrado, neste sentido, a evolução política recente da burguesia brasileira, é um maior receio do capitalismo de Estado (o qual, embora a serviço da burguesia, contém em seu princípio a negação da propriedade privada burguesa sobre os grandes meios de produção, e aparece portanto como arma de dois gumes) do que dos monopólios multinacionais (que a ameaçam no terreno econômico, mas não no terreno político e ideológico). Ela precisa da estatização capitalista contra as multinacionais, mas precisa das multinacionais para manter a lógica da acumulação monopolista, já que a recíproca da tese de Severo Gomes, se não for verdadeira, é pelo menos tida como tal pelos círculos politicamente predominantes da alta burguesia: hoje, "nacionalizar" seria estatizar!

A relação da burguesia como um todo e da burguesia monopolista como camada dominante da classe dominante ao Estado não pode ser concebida nem de maneira puramente "instrumental" (já que o Estado é, ele também, uma realidade social e particularmente no Brasil, uma realidade econômica), isto é, o Estado não está a serviço da burguesia no mesmo sentido que o bisturi está a serviço do cirurgião ou o freio a serviço do motorista, nem de maneira análoga à das burguesias dos países dominantes com seus Estados respectivos. Desenvolver cada um destes dois pontos implicaria em pelo menos dois artigos tão longos como este. Somos pois obrigados a ser extremamente concisos, em detrimento da clareza, mas não temos infelizmente alternativa.

Sobre o caráter não-instrumental da relação classe dominante/Estado, notemos tão somente que a despeito dos exageros interessados a que deu lugar a recente campanha "anti-estatizante" movida pelos círculos mais poderosos da direita liberal, sem dúvida alguma a centralização do poder de Estado nas mãos da burocracia militar favoreceu o fortalecimento do setor estatal da economia, tanto no domínio financeiro (crédito à indústria) quanto na esfera diretamente produtiva (os dados sobre a

importância das empresas estatais nos ramos mais determinantes da infra-estrutura industrial e da indústria pesada são suficientemente conhecidos). Donde um elevado grau de autonomia do Estado em relação à burguesia, inclusive à burguesia monopolista. Sem essa autonomia não se compreenderia a exasperação da alta burguesia paulista, analisada no editorial de Debate-25.

Sobre a não-analogia entre a relação burguesia monopolista/Estado no Brasil e nos países capitalistas metropolitanos, além de causas determinadas por uma distinta correlação de forças entre o Trabalho e o Capital (por exemplo a colaboração de classes incluindo a gestão social-democrata do Estado capitalista, como ocorre na Alemanha Ocidental principal potência capitalista européia) o que cabe salientar é que o Estado brasileiro garante a sobrevivência como classe da burguesia brasileira, mas não a das burguesias dos países capitalistas metropolitanos. A revolução no Brasil por fim à dominação de classe da burguesia do Brasil, mas, por definição, só afetará diretamente os investimentos estrangeiros em nosso país. Baixarão provavelmente as cotas das ações e os dividendos destes investidores, mas nem por isso eles perderão suas posições de classe em seus países respectivos. Em suma, a sobrevivência da burguesia e do Estado capitalista brasileiros são mutuamente interdependentes, e portanto o vínculo que os une é indissociável. Por isso, se o Estado capitalista brasileiro favorece as multinacionais muitas vezes em detrimento dos interesses imediatos da burguesia brasileira é porque assim o exigem as condições da acumulação monopolista acelerada, é porque, como tal, o capitalismo de monopólios no Brasil só pode se manter em estreita articulação com o sistema imperialista internacional. E aqui reside um dos grandes equívocos da doutrina do "semi-colonialismo": não é por ser a emanção direta da dominação política estrangeira, mas por estar a serviço de uma burguesia economicamente dominada pelo capital estrangeiro que a política econômica do regime militar satisfaz, no essencial, às exigências dos monopólios multinacionais. Ela promove o encontro da fome de divisas do capitalismo brasileiro e da vontade de comer sobre-lucros do capital financeiro imperialista. E a nota do festim é paga com a miséria das massas trabalhadoras.

Na medida em que a burguesia brasileira e a alta finança imperialista constituem forças distintas com interesses nem sempre convergentes e muitas vezes opostos, suas relações não devem ser concebidas estatica-

mente como uma pura e simples "integração imperialista" (expressão utilizada pelo socialista uruguaio Vivian Trias, um dos inventores da doutrina do "sub-imperialismo" brasileiro) ou como uma "internacionalização do mercado interno", fórmula mais rebuscada (utilizada por exemplo por F.H. Cardoso) mas que como a anterior, tem o grave defeito de encobrir o caráter contraditório da posição do Brasil no campo imperialista, diluindo a dinâmica específica numa generalização a-histórica, ou pelo menos abstrata. Com efeito, também a Coreia do Sul, o Zaire e a Nicarágua - para tomar exemplos ao acaso - estão "integrados" no imperialismo e têm parcelas consideráveis de seus mercados (não só dos mercados, mas sobretudo, de seus aparelhos de produção) perfeitamente "internacionalizadas" sendo que no caso da Coreia do Sul as atividades industriais são essencialmente voltadas para a exportação sob a forma, analisada no § 3, de "sub-empregada". Sair do terreno do materialismo dialético é enveredar por generalizações vazias, substituir a análise concreta pela fraseologia sociológica...

§5- O nacionalismo no "terceiro mundo"

A política externa da ditadura militar está orientada a partir de Costa e Silva (a recusa de seu governo em assinar o tratado de não-proliferação das armas nucleares é neste sentido bastante simbólica) em vista de fortalecer, pela concentração monopolista acelerada e pela reorganização do comércio exterior (que supunha evidentemente a reorganização da produção voltada para as exportações - a erradicação do café e o "export drive" de Delfim Netto por exemplo) a posição do Brasil no interior do campo imperialista. A ditadura militar neste sentido tem tentado, com alguma perseverança, tirar partido das contradições interimperialistas como o atestam as constantes gestões governamentais no sentido de aumentar a participação relativa dos monopólios oeste-alemães, japoneses, italianos, franceses, etc. na indústria, na agricultura e na economia em geral. Dividir a dependência para atenuá-la a isto se reduz o "nacionalismo" do regime militar terrorista, em que pesem as manifestações colaboracionistas de certos setores da democracia burguesa e pequeno-burguesa escondendo sua inconsequência no combate anti-ditatorial atrás de uma fraseologia oca sobre a "soberania nacional". (Além dos recentíssimos exemplos de Opinião e Movimento, há que lembrar as declarações de Franco Montoro e Ulysses Guimarães há um ano atrás, quando da viagem de Geisel à França e Inglaterra, condenando em nome da "solidariedade nacional" qualquer manifestação contra a tortura no Brasil).

Os limites da "soberania nacional" tal como a entende o fascismo militar são evidentes: a super-exploração do proletariado e a exploração monopolista das massas trabalhadoras em seu conjunto, a condição de país importador de capitais e portanto financeiramente dependente e, em que pesem recentes fanfarrônicas, a subordinação militar e diplomática à política internacional do imperialismo.

É típico do nacionalismo burguês voltar-se contra as formas mais arcaicas da exploração imperialista (pilhagem dos recursos naturais, intercâmbio desigual) na exata medida em que elas atingem a nação como um todo e por isso mesmo deixam encoberta a super-exploração do proletariado. Ora, mostramos anteriormente (ver Debate 25 e o § 4) que embora historicamente anteriores, estas formas de exploração são estruturalmente secundárias em relação à extorsão direta de um sobre-trabalho extra, superior à taxa de exploração existente nas metrópoles imperialistas.

Governos burgueses, e mesmo governos reacionários semi-feudais, como o dos Estados membros da OPEP (da Venezuela à Arabia Saudita passando pelo Irã) foram capazes de defender eficazmente suas riquezas naturais e os termos de intercâmbio com as metrópoles imperialistas, criando uma nova correlação de forças no mercado mundial capitalista. O exemplo da OPEP mostra com efeito a possibilidade de uma convergência limitada dos Estados do terceiro mundo com regimes sociais diferentes e até opostos na defesa de suas riquezas naturais e do preço de suas exportações. Mas mostra também que esta defesa, cujo caráter objetivamente progressista se deve em boa medida à posição anti-imperialista de alguns dos Estados-membros (particularmente a Argélia, mas também o Iraque e a Líbia) tem e terá sempre pontos vulneráveis já que os governos reacionários (Arábia Saudita, Emirados árabes, Irã) reduzem-na a uma mera questão de intercâmbio comercial, além de esbanjar suas rendas petroleiras suplementares no consumo suntuário das oligarquias locais ou, como é especialmente o caso da monarquia fascisante do Irã, no financiamento de um custoso aparelho repressivo que faz reinar o terror no interior do país.

A despeito, no entanto, de suas profundas contradições internas, a OPEP constitui para os exportadores de matérias-primas do terceiro mundo um exemplo a seguir e neste sentido a declaração de Geisel em sua viagem ao Japão no ano passado ("Diálogo, não cartéis") condenando a

tentativa de formação de uma associação de países exportadores de minério de ferro e atacando indiretamente a de exportadores de petróleo, dá a medida exata da perfeita identificação da política exterior da ditadura com a do campo imperialista em seu conjunto e portanto do verdadeiro significado da "defesa da soberania nacional" da qual a ditadura só se lembra quando se trata de defender o direito a continuar torturando soberanamente os nacionais. O que torna ainda mais grave a atitude de certos setores da oposição democrática que se desonraram politicamente ao colaborar com o regime nesta questão, como se fosse possível por entre parêntesis o terror ditatorial em nome da "não-ingerência" nos assuntos...dos torturadores.

A crise internacional do capitalismo cujas manifestações imediatas vem assumindo, ao longo da presente década, cada vez maior gravidade (recessão, inflação, desemprego, acirramento da concorrência intermonopolista e intercapitalista), coloca os países capitalistas do terceiro mundo frente à alternativa de aceitarem passivamente as tentativas imperialistas visando a fazê-los sofrer o impacto principal das medidas de estabilização monetária e de reativação econômica anarquicamente adotadas ao sabor da evolução da conjuntura (restrição às importações, ao crédito internacional público e privado, guerra comercial, etc.) ou de agirem no sentido de uma "nova ordem econômica internacional" preconizada pelos países mais avançados do movimento dos "não-alinhados". Não cabe aqui discutir o que significa ou pode vir a significar o combate econômico do terceiro mundo na defesa de seus legítimos interesses. O decisivo é o papel que nele desempenham e desempenharão os países de orientação socialista da África, do Mundo Árabe e da Ásia. Parte integrante da revolução socialista internacional, a revolução de libertação nacional dos povos até ontem submetidos à colonização imperialista se resente duramente, no momento em que trava seus últimos combates contra o colonialismo, o racismo e o "apartheid", do oportunismo sem princípios dos dirigentes chineses sustentando a contra-revolução africana e não mais hesitando em se aliar abertamente com os imperialistas numa política externa estreitamente nacionalista e em profunda contradição com as irreversíveis conquistas que o poder popular trouxe ao povo chinês.

É na exata medida em que cumpriu em grande parte os objetivos nacionais da luta revolucionária, que o combate dos povos do terceiro mundo se choca com a questão crucial do desdobramento anti-capitalista da luta anti-imperialista. A forma fundamental da exploração imperialista é

a exploração diferencial da força de trabalho dos proletários e semi-proletários (estes últimos compreendendo os camponeses pobres que tiram parte de sua subsistência de minifúndios) do terceiro mundo. O anti-imperialismo das burguesias locais, quando existe, está essencialmente ligado à defesa das riquezas naturais e à luta pela melhoria dos termos de intercâmbio com as metrópoles imperialistas. Nos países onde se desenvolveu uma burguesia monopolista nacional (é o caso da Argentina, Brasil e Chile, para só ficar no "Cone Sul") e onde, de maneira geral, o desenvolvimento capitalista conferiu a estas burguesias locais uma base econômica própria de dominação de classe, podem surgir contradições, de variável importância, entre capitalistas nacionais e a alta finança imperialista, tanto no domínio bancário quanto no domínio industrial. No Brasil, estes conflitos de interesse têm sido relativamente frequentes e explicam tomadas de posição "nacionalistas" de certos setores da grande burguesia, cujos representantes mais lúcidos chegam até à defesa de uma certa estatização capitalista (o caso conhecido do ex-ministro Severo Gomes). Mas em absoluto não caracterizam uma situação de opressão da nação brasileira como tal, em absoluto não permitem a formação de uma frente patriótica que una os brasileiros como tais contra a dominação estrangeira.

A luta dos revolucionários contra a exploração imperialista está, num país onde já foi atingida a fase da concentração monopolista da produção, indissolúvelmente ligada à luta anti-monopolista. A defesa das riquezas humanas e materiais de nosso país supõe a realização da reforma agrária (afim de que se produzam principalmente alimentos para o povo e não divisas para os ricos exportadores), a liberdade para os sindicatos (afim de que os trabalhadores possam se opor eficazmente à super-exploração, quer seja realizada por monopólios estrangeiros, quer por nacionais) e a nacionalização democrática dos setores-chave da economia (afim de que o poder democrático empenhado na construção do socialismo possa planificar a produção de maneira a colocá-la a serviço das necessidades sociais, rompendo com a lógica do lucro monopolista). A defesa revolucionária da economia nacional não pode ser nem estreitamente obreirista (inclusive porque muitas vezes um monopólio estrangeiro tem condições de pagar melhores salários que as empresas nacionais) nem patrioteira (a exploração monopolista, quando efetuada por grandes capitalistas nacionais, não perde nem seu caráter anti-social nem mesmo seu caráter anti-nacional, já que, face à internacionalização da produção capitalista, a lógica da acumulação monopolista é determinada pela concorrência internacional dos capitais).

DEBATE

ESTÁ A VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 Porto

Iberlivro
Largo Trindade Coelho, 3-4 Lisboa

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

ITÁLIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

Libreria Internazionale Paesi Nuovi
Pza. Montecitorio, 59-60 Roma

FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue
Espagnole et Portugaise
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe
21, rue Cujas Paris 5

Librairie Floreal
121, avenue du Maine Paris 14

ÍNDICE

Editorial: NAS RUAS PELA LIBERDADE	p.3
Documento: O PARTIDO NAS GRANDES EMPRESAS	p.10
Jean-Marc von der Weid: AVANÇAR SEM SE ISOLAR (entrevista)	p.18
MOVIMENTO E A REVOLUÇÃO AFRICANA	p.21
Fernando Andrade: A POSIÇÃO DO BRASIL NO CAMPO IMPERIALISTA (II)	p.23

CORRESPONDÊNCIA,
ASSINATURAS,
NUMEROS ATRAZADOS :

DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris
France